# Aralco Aracanguá S.A.
## (antiga Aralco S.A. - Indústria e Comércio)

**Demonstrações financeiras em**
**31 de março de 2026**

# Conteúdo

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas** **3**

**Balanços patrimoniais** **6**

**Demonstrações de resultados** **7**

**Demonstrações de resultados abrangentes** **8**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido** **9**

**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto** **10**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** **11**

# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ilmos. Srs. Administradores e Acionistas da
**Aralco Aracanguá S.A. (antiga Aralco S.A. - Indústria e Comércio)**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Aralco Aracanguá S.A. (antiga Aralco S.A. - Indústria e Comércio) ("Companhia" ou "Grupo"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Aralco Aracanguá S.A. (antiga Aralco S.A. - Indústria e Comércio), em 31 de março de 2026, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas e individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração

de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados à sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante quanto a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de junho de 2026.

**PP&C Auditores Independentes**
CRC2SP16.839/O-0

**Giácomo Walter Luiz de Paula**
CRC1SP243.045/O-0
Contador

**Johnatan Henrique dos Santos**
CRC1SP295.723/O-0
Contador

## Aralco Aracanguá S.A. (antiga Aralco S.A. - Indústria e Comércio)

### Balanços patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025

*(Em milhares Reais)*

| | | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | **Nota** | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| Caixa e equivalentes de caixa | **9** | 152.891 | 210.232 | 4 | 4 |
| Contas a receber de clientes e outras contas a receber | **10** | 7.645 | 199.817 | 3.285 | 205 |
| Estoques e adiantamento a fornecedores | **11** | 87.402 | 147.520 | 1.666 | 1.028 |
| Ativos biológicos | **12** | 57.675 | 70.326 | - | - |
| Impostos a recuperar | **13** | 91.431 | 102.339 | 21.871 | 17.321 |
| Despesas antecipadas | | 185 | 297 | - | 29 |
| Outros créditos | **14** | 44 | 406 | 1 | - |
| **Total do ativo circulante** | | 397.273 | 730.937 | 26.827 | 18.587 |
| Contas a receber de clientes e outras contas a receber. | **10** | 390 | 390 | 390 | 390 |
| Aplicações financeiras vinculadas | **9** | - | 1.393 | - | - |
| Estoques e adiantamento a fornecedores | **11** | 17.384 | 17.384 | - | - |
| Partes relacionadas | **15** | 3.711 | 3.711 | 330.005 | 1.332.137 |
| Depósitos judiciais | | 7.612 | 6.232 | 1.108 | 931 |
| Impostos a recuperar | **13** | 11.037 | 12.049 | 1.295 | 2.287 |
| Outros créditos | **14** | 2.377 | 2.977 | - | - |
| **Total do realizável a longo prazo** | | 42.511 | 44.136 | 332.798 | 1.335.745 |
| Investimentos | **16** | - | - | 718.749 | 279.594 |
| Outros investimentos | **17** | 197 | 7.132 | 100 | 6.241 |
| Propriedade para investimentos | | - | - | - | 16.965 |
| Imobilizado | **18** | 762.438 | 775.416 | 190.512 | 188.475 |
| Intangível | | 23.560 | 23.555 | 4 | 4 |
| Direito de uso | **19** | 190.068 | 228.794 | - | - |
| **Total do ativo não circulante** | | 1.018.774 | 1.079.033 | 1.242.163 | 1.827.024 |
| **Total do ativo** | | **1.416.047** | **1.809.970** | **1.268.990** | **1.845.611** |

| | | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Passivo** | **Nota** | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| Fornecedores | **20** | 97.753 | 117.293 | 5.870 | 11.818 |
| Arrendamentos | **19** | 44.006 | 42.440 | - | - |
| Adiantamento de clientes | **25** | 126.539 | 550.142 | 48 | 104.348 |
| Impostos e contribuições a recolher | **21** | 28.139 | 107.004 | 42 | 41 |
| Impostos parcelados | **22** | 32.596 | 32.648 | 1.900 | 1.900 |
| Salários e encargos sociais | **23** | 54.920 | 52.036 | 1.335 | 68 |
| Credores Recuperação Judicial | **36** | 4.655 | 18.287 | 824 | 3.880 |
| Contas a pagar investimentos | **26** | 10.742 | 13.511 | 10.742 | 13.511 |
| Outras obrigações | | 522 | 662 | 88 | 14 |
| **Total do passivo circulante** | | 399.872 | 934.023 | 20.849 | 135.580 |
| Fornecedores | **20** | 1.800 | 3.600 | - | - |
| Arrendamentos | **19** | 153.686 | 188.061 | - | - |
| Impostos parcelados | **22** | 64.123 | 68.779 | 3.641 | 5.541 |
| Provisão para demandas judiciais | **24** | 147.717 | 59.508 | 45.194 | 33.231 |
| Passivo fiscal diferido | **27** | 6.824 | 11.792 | 1 | 3.754 |
| Provisões para perdas em investimentos | **16** | - | - | 687.710 | 861.022 |
| Credores Recuperação Judicial. | **36** | 105.351 | 93.478 | 18.611 | 13.489 |
| Créditos RJ - Conversíveis em capital | **36** | 123.007 | 1.293.169 | 25.392 | 1.188.059 |
| Partes relacionadas | **15** | - | - | 68.629 | 422.365 |
| Contas a pagar investimentos | **26** | 4.207 | 14.821 | 4.207 | 14.821 |
| Outras obrigações | | 593 | 632 | - | - |
| **Total do passivo não circulante** | | 607.308 | 1.733.840 | 853.385 | 2.542.282 |
| **Patrimônio líquido** | **28** | | | | |
| Capital social | | 2.333.059 | 1.450.000 | 2.333.059 | 1.450.000 |
| (-) Ações em tesouraria | | (10.933) | (10.933) | (10.933) | (10.933) |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | 276.773 | 101.683 | 276.773 | 101.683 |
| Prejuízos acumulados | | (2.204.143) | (2.373.001) | (2.204.143) | (2.373.001) |
| **Patrimônio líquido atribuível aos controladores** | | 394.756 | (832.251) | 394.756 | (832.251) |
| **Participações de não controladores** | | 14.111 | (25.642) | - | - |
| **Total do patrimônio líquido** | | 408.867 | (857.893) | 394.756 | (832.251) |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **1.416.047** | **1.809.970** | **1.268.990** | **1.845.611** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

# Aralco Aracanguá S.A. (antiga Aralco S.A. - Indústria e Comércio)

## Demonstrações de resultados

**Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025**

***(Em milhares Reais)***

| | | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Nota** | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| Receita operacional liquida | **30** | 1.315.601 | 1.054.247 | 131.935 | 70.753 |
| Mudança no valor justo do ativo biológico | **12** | (13.341) | (15.988) | - | - |
| Custo dos produtos vendidos | **31** | (1.017.934) | (802.551) | (101.464) | (60.705) |
| **Lucro bruto** | | 284.326 | 235.708 | 30.471 | 10.048 |
| Despesas com vendas | **31** | (99.291) | (75.348) | (5.543) | (385) |
| Administrativas e gerais | **31** | (78.464) | (52.601) | (24.000) | (7.605) |
| Outras (despesas) receitas operacionais | **32** | 43.759 | 193.074 | 2.874 | 143.911 |
| **Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas, equivalência patrimonial e impostos** | | 150.330 | 300.833 | 3.802 | 145.969 |
| Receitas financeiras | | 22.611 | 20.425 | 171 | 442 |
| Despesas financeiras | | (53.286) | (65.847) | (1.931) | (2.118) |
| Variação cambial líquida | | 71.502 | (156.053) | 70.736 | (153.984) |
| **Financeiras líquidas** | **33** | 40.827 | (201.475) | 68.976 | (155.660) |
| Resultado da equivalência patrimonial | **16** | - | - | 91.770 | 94.512 |
| **Resultado antes dos impostos** | | 191.157 | 99.358 | 164.548 | 84.821 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | **27** | (30.993) | (16.360) | (2.998) | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | **27** | 4.968 | 2.270 | 3.754 | (2.159) |
| **Lucro líquido do exercício** | | **165.132** | **85.268** | **165.304** | **82.662** |
| **Resultado do exercício atribuído aos:** | | | | | |
| Acionistas controladores | | 165.304 | 82.662 | 165.304 | 82.662 |
| Acionistas não controladores | | (172) | 2.606 | - | - |
| **Lucro líquido do exercício** | | **165.132** | **85.268** | **165.304** | **82.662** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

# Aralco Aracanguá S.A. (antiga Aralco S.A. - Indústria e Comércio)

## Demonstrações de resultados abrangentes

### Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

*(Em milhares Reais)*

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| Lucro líquido do exercício | 165.132 | 85.268 | 165.304 | 82.662 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| Resultado abrangente total | 165.132 | 85.268 | 165.304 | 82.662 |
| **Resultado do exercício atribuído aos:** | | | | |
| Acionistas controladores | 165.304 | 82.662 | 165.304 | 82.662 |
| Acionistas não controladores | (172) | 2.606 | - | - |
| **Resultado abrangente total** | 165.132 | 85.268 | 165.304 | 82.662 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

## Aralco Aracanguá S.A. (antiga Aralco S.A. - Indústria e Comércio)

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

**Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025**

***(Em milhares Reais)***

| | Nota | Capital social | Ações em Tesouraria | Ajustes de avaliação patrimonial | | | Prejuízos acumulados | Total atribuível aos controladores | Participação de não controladores | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Própria | Em controladas | Total | | | | |
| **Saldos em 31 de março de 2024** | | **1.450.000** | **-** | **(5.974)** | **19.354** | **13.380** | **(2.367.569)** | **(904.189)** | **(27.782)** | **(931.971)** |
| Realização do custo atribuido do ativo imobilizado de controladas | **28.b** | - | - | - | (1.550) | (1.550) | 1.550 | - | - | - |
| Realização do custo atribuído do ativo imobilizado próprio | **28.b** | - | - | 89.853 | - | 89.853 | (89.853) | - | - | - |
| Transações entre acionistas | | - | - | - | - | - | 209 | 209 | (466) | (257) |
| Ações em Tesouraria | **29.a** | - | - 10.933 | - | - | - | - | (10.933) | - | (10.933) |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 82.662 | 82.662 | 2.606 | 85.268 |
| **Saldos em 31 de março de 2025** | | **1.450.000** | **(10.933)** | **83.879** | **17.804** | **101.683** | **(2.373.001)** | **(832.251)** | **(25.642)** | **(857.893)** |
| Realização do custo atribuido do ativo imobilizado de controladas | **28.b** | - | - | - | (9.287) | (9.287) | 9.287 | - | - | - |
| Realização do custo atribuído do ativo imobilizado próprio | **28.b** | - | - | 5.734 | - | 5.733 | (5.733) | - | - | - |
| Transações entre acionistas | **28.b** | - | - | 178.644 | - | 178.644 | - | 178.644 | 39.925 | 218.569 |
| Aumento de capital | **28.a** | 883.059 | - | - | - | - | - | 883.059 | - | 883.059 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 165.304 | 165.304 | (172) | 165.132 |
| **Saldos em 31 de março de 2026** | | **2.333.059** | **(10.933)** | **268.257** | **8.517** | **276.773** | **(2.204.143)** | **394.756** | **14.111** | **408.867** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

## Aralco Aracanguá S.A. (antiga Aralco S.A. - Indústria e Comércio)

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

**Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025**

***(Em milhares de Reais)***

| | Nota | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** | | | | | |
| **Resultado do exercício** | | 165.132 | 85.268 | 343.948 | 82.662 |
| **Ajustado para:** | | | | | |
| Depreciação do imobilizado | **18** | 130.845 | 117.436 | 11.437 | 10.669 |
| Amortização do ativo biológico | **12** | 67.843 | 66.584 | - | - |
| Amortização do direto de uso | **19** | 50.129 | 48.262 | - | - |
| Amortização do intangível | | - | (4) | - | - |
| Reversão de impairment | **32** | - | (144.210) | - | (144.210) |
| Mudança no valor justo de ativos biológicos | **12** | 13.341 | 15.988 | - | - |
| Amortização do gastos entressafra | **18** | 144.401 | 103.036 | 17.664 | - |
| Valor residual de ativo imobilizado baixado/vendido | | 1.828 | 10.131 | 43 | 1.131 |
| Resultado de equivalência patrimonial | **16** | - | - | (91.770) | (94.512) |
| Resultado de variação cambial líquida | **33** | (71.502) | 156.053 | (70.736) | 153.984 |
| Juros e variação monetária sobre recuperação judicial | **36** | 4.543 | 5.369 | 587 | 1.710 |
| Provisão perdas esperadas de crédito | **31** | 5 | 48 | - | - |
| Provisão para demandas judiciais | **31** | 13.961 | (7.183) | 11.963 | (207) |
| Juros sobre arrendamento | **19** | 40.688 | 34.974 | - | - |
| Benefício decorrentes de parcelamentos de impostos | **32** | (34.411) | (37.002) | (2.623) | (340) |
| Outras | | 2.909 | | 2.738 | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes | **27** | 26.025 | 14.090 | (756) | 2.159 |
| | | 555.737 | 468.840 | 222.495 | 13.046 |
| **Variação nos ativos e passivos** | | | | | |
| **(Aumento) ou diminuição dos ativos** | | | | | |
| Contas a receber de clientes | | 192.167 | (146.003) | (3.080) | 16.203 |
| Impostos a recuperar | | 11.920 | (18.506) | (3.558) | (6.801) |
| Estoques e adiantamento a fornecedores | | 60.118 | (45.187) | (638) | 12.015 |
| Despesas antecipadas | | 112 | (164) | 29 | - |
| Depósitos judiciais e outros créditos | | (418) | (1.901) | (178) | (3) |
| Partes relacionadas | | (1.106) | (8.164) | (75.606) | 142.553 |
| **Aumento ou (diminuição) dos passivos** | | | | | |
| Fornecedores | | (21.340) | (12.914) | (5.948) | 1.634 |
| Salários e encargos sociais | | 2.884 | 11.674 | 1.267 | (219) |
| Impostos e contribuições a recolher | | (35.610) | 14.420 | (2.997) | 4 |
| Adiantamento de clientes | | (423.664) | 246.365 | (104.300) | (112.491) |
| Impostos parcelados | | 29.703 | 3.027 | 723 | (1.561) |
| Outras contas a pagar | | (13.562) | (2.512) | (13.307) | - |
| Juros pagos - arrendamento | **19** | (32.098) | (32.858) | - | - |
| Juros pagos - recuperação judicial | **36** | - | (1.565) | - | (58) |
| **Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais** | | 324.843 | 474.552 | 14.902 | 64.322 |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | | | | |
| Resgate de aplicações financieras | | 1.393 | - | - | - |
| Aquisição de imobilizado | **18** | (264.095) | (261.602) | (14.217) | (44.394) |
| Aquisição de intangível | | (5) | - | - | - |
| Ativo biológico | **12** | (68.533) | (67.843) | - | - |
| **Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento** | | (331.240) | (329.445) | (14.217) | (44.394) |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | | | | |
| Pagamento de arrendamentos | **19** | (44.761) | (43.698) | - | - |
| Amortização de credores recuperação judicial | **36** | (6.183) | (36.700) | (685) | (19.928) |
| **Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento** | | (50.944) | (80.398) | (685) | (19.928) |
| **(Diminuição) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa** | | (57.341) | 64.709 | - | - |
| **Demonstração do aumento do caixa e equivalente de caixa** | | | | | |
| No início do exercício | | 210.232 | 145.523 | 4 | 4 |
| No fim do exercício | | 152.891 | 210.232 | 4 | 4 |
| **(Diminuição) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa** | | (57.341) | 64.709 | - | - |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

***(Em milhares de Reais)***

## 1 Contexto operacional

O Grupo tem como atividade preponderante a industrialização e comercialização de açúcar, etanol anidro e hidratado e seus derivados, bem como a exploração agrícola da cana-de-açúcar em terras próprias e de terceiros, inclusive sob a forma de contratos agrários, participando ainda do capital de outras empresas.

As atividades do Grupo Aralco compreendem as operações das seguintes companhias:

### Aralco Aracanguá S.A. (Controladora)

A Companhia tem como objetivo a industrialização de cana-de-açúcar para a fabricação de etanol, açúcar e produtos afins, a participação em outras companhias e a comercialização dos produtos de sua linha, no país e no exterior.

Em 10/2025, a empresa alterou sua denominação social de Aralco S.A. – Indústria e Comércio para Aralco Aracanguá S.A., conforme registrado na Junta Comercial sob o NIRE 35300001052 e publicado no Diário Oficial. A alteração teve caráter exclusivamente formal, não representando mudança em sua estrutura societária, composição do capital social, objeto social ou práticas contábeis adotadas. Para fins de comparabilidade e clareza na leitura das demonstrações financeiras, todas as informações históricas apresentadas referem-se à mesma entidade, independentemente da alteração de nome.

### Aralco Figueira S.A.

A Companhia tem como objetivo a industrialização de cana-de-açúcar para a fabricação de açúcar e etanol e sua comercialização no país e no exterior.

Em 31 de maio de 2016, a Aralco Figueira S.A. obteve cessão de uso (comodato) dos parques industriais da Nova Aralco Indústria e Comércio S.A., dando continuidade às operações de sua matriz e filiais, que atualmente produzem e comercializam açúcar, etanol e outros produtos afins para o país e o exterior.

Em 07/2025, a empresa alterou sua denominação social de Figueira Indústria e Comércio S.A. para Aralco Figueira S.A., conforme registrado na Junta Comercial sob o NIRE 35300335155 e publicado no Diário Oficial. A alteração teve caráter exclusivamente formal, não representando mudança em sua estrutura societária, composição do capital social, objeto social ou práticas contábeis adotadas. Para fins de comparabilidade e clareza na leitura das demonstrações financeiras, todas as informações históricas apresentadas referem-se à mesma entidade, independentemente da alteração de nome.

### Aralco Generalco S.A.

A Companhia tem como objetivo a industrialização de cana-de-açúcar para a fabricação de açúcar e etanol e sua comercialização no país e no exterior.

Em 3 de janeiro de 2022, a Aralco Generalco S.A. obteve cessão de uso (comodato) do parque industrial da Nova Aralco Indústria e Comércio S.A. e Aralco Figueira S.A., unidade General

Salgado - SP, dando continuidade às operações desta unidade que atualmente produz e comercializa açúcar, etanol e outros produtos afins para o país e o exterior.

Em 07/2025, a empresa alterou sua denominação social de Destilaria Generalco S.A. para Aralco Generalco S.A., conforme registrado na Junta Comercial sob o NIRE 35300008405 e publicado no Diário Oficial. A alteração teve caráter exclusivamente formal, não representando mudança em sua estrutura societária, composição do capital social, objeto social ou práticas contábeis adotadas. Para fins de comparabilidade e clareza na leitura das demonstrações financeiras, todas as informações históricas apresentadas referem-se à mesma entidade, independentemente da alteração de nome.

## Aralco Alcoazul S.A.

Em 08/2025, a empresa alterou sua denominação social de Alcoazul S.A. – Açúcar e Álcool para Aralco Alcoazul S.A., conforme registrado na Junta Comercial sob o NIRE 35300008324 e publicado no Diário Oficial.

A alteração teve caráter exclusivamente formal, não representando mudança em sua estrutura societária, composição do capital social, objeto social ou práticas contábeis adotadas. Para fins de comparabilidade e clareza na leitura das demonstrações financeiras, todas as informações históricas apresentadas referem-se à mesma entidade, independentemente da alteração de nome.

Durante o exercício, o Grupo Aralco efetuou uma reestruturação societária, de forma que a participação na Aralco Alcoazul S.A. passou para 26,78%. A ZC Holding, controladora da Aralco Aracanguá S.A., conforme apresentado na nota explicativa nº 28, passou a deter os 72,53% da Aralco Alcoazul S.A. A Administração definiu que Aralco Aracanguá S.A. é a Companhia controladora de todas as atividades e deve apresentar as demonstrações financeiras consolidadas, refletindo, assim, a melhor apresentação do Grupo econômico Aralco.

## Aralco Finance S.A.

A Companhia foi constituída em Luxemburgo basicamente para obtenção de recursos por meio de *bonds* no exterior e repasse dos recursos às demais empresas do Grupo. Atualmente, não possui operações comerciais.

## Aracanguá Sociedade de Participação S.A.

As operações da Companhia compreendiam a administração de bens próprios e de participação, na qualidade de sócia quotista ou acionista em qualquer empresa nacional. Atualmente, não possui operações. Nos investimentos da controladora, já está sendo considerada a provisão para perda parcial desses investimentos, da parcela avaliada como não realizável.

## Verde Azul Administradora de Recursos Ltda.

A Companhia foi constituída sob a denominação originária de Posto Verde Azul Ltda., sendo posteriormente alterada para Verde Azul Administradora de Recursos, e tem como objeto principal a administração de recursos do Grupo, cujo objetivo era ter um caixa único para as operações financeiras (recebimentos e pagamentos).

## Aralco Logística Ltda.

No exercício de 2025, a Aralco Aracanguá S.A. concluiu a aquisição da totalidade de 25% diretos e 75% indiretos, via empresa Arpar, das quotas sociais da Aralco Logística Ltda. (antiga Araçatuba Logística Ltda.), com o objetivo de expandir sua atuação no segmento de armazenagem de açúcar e sua comercialização no país e no exterior. A Aralco Logística Ltda. passa a integrar

o grupo econômico da Aralco Aracanguá S.A. A Empresa tem como objetivo a armazenagem de açúcar e seus resultados passaram a ser consolidados nas demonstrações financeiras. A operação está alinhada com o plano estratégico de crescimento da Companhia. A compra das quotas referentes aos 25% diretos perfaz montante no valor de R$ 5.482, a ser realizado em 21 parcelas de R$ 261, com início de pagamento em 31 de maio de 2025 e término em 30 de novembro de 2027.

## Araçatuba Participações Ltda.

No exercício de 2025, a Aralco Aracanguá S.A. concluiu a aquisição da totalidade das quotas sociais da Araçatuba Participações Ltda., pois já possuía 32% da participação e adquiriu os 68% com o objetivo de expandir sua atuação. A Araçatuba Participações Ltda. passa a integrar o grupo econômico da Aralco Aracanguá S.A., e seus resultados passaram a ser consolidados nas demonstrações financeiras. A Companhia tem como objetivo a participação societária, tendo neste momento apenas participação na Araçatuba Logística Ltda. A operação está alinhada com o plano estratégico de crescimento do Grupo. A compra das quotas referentes aos 68% perfaz montante no valor de R$ 11.650 a ser realizado em 21 parcelas de R$ 555, com início de pagamento em 31 de maio de 2025 e término em 30 de novembro de 2027.

## Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.

A Companhia foi constituída em 26 de maio de 2016 com base em aportes de ativos imobilizados das empresas Aralco Aracanguá, Aralco Alcoazul, Aralco Generalco e Aralco Figueira, cujas participações societárias na investida ficaram em 13%, 30%, 26% e 31%, respectivamente. A Companhia tem como objetivo a comercialização e industrialização de produtos agrícolas, especialmente cana-de-açúcar, para a produção de etanol, açúcar e seus derivados e conexos.

Na safra do período de 2025/26, o Grupo está focado na comercialização de açúcar. Em virtude dos preços atuais desta *commodity*, atualmente estão sendo fixados preços satisfatórios dentro da média de mercado.

Conforme apresentado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2026, da Companhia e suas controladas, o passivo circulante consolidado excedeu o total do ativo circulante consolidado em R$ 2.599 (R$ 203.086 em 31 de março de 2025).

Durante o exercício de 31 de março de 2026, o Grupo Aralco teve Receita operacional líquida de R$ 1.315.601 (R$ 1.054.247 em 31 de março de 2025), que foi substancialmente centralizada na Controlada Aralco Figueira S.A. e, durante o exercício de 31 de março de 2025, na Aralco Generalco S.A.

## Encerramento da Recuperação Judicial

Considerando a comprovação do cumprimento de todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado e a continuidade dos negócios, em 23 de fevereiro de 2023, o Grupo Aralco apresentou pedido requerendo o encerramento da recuperação judicial, obtendo parecer favorável do Ministério Público e do Administrador Judicial. A sentença de encerramento da recuperação judicial foi proferida em 1 de dezembro de 2023, e a certificação do trânsito em julgado em 15 de agosto de 2024.

Atualmente, a Companhia e suas controladas mantêm apenas os valores passivos registrados na rubrica “Credores de Recuperação Judicial”, que serão liquidados conforme seus respectivos vencimentos até o ano de 2043; tais saldos encontram-se aderentes a parâmetros sustentáveis de geração de caixa do Grupo, preservando a saúde financeira e a continuidade das operações. Tendo

também registrado saldo na rubrica "Créditos RJ - Conversíveis em Capital", este, por sua vez, trata-se de passivo do qual não haverá saída de caixa, dos Valores Não Habilitados e dos saldos cedidos aos Intervenientes Garantes, que se converterão em participação societária de quaisquer das sociedades que compõem a Companhia e suas controladas, à medida que a parcela do credor de recuperação judicial é liquidada.

**Aumento de capital**
Em 30 de dezembro de 2025, foi realizado aumento de capital social no montante de R$ 883.059, mediante integralização pelos acionistas/sócios de créditos de RJ Intervenientes Garantes e entre as empresas do Grupo, conforme aprovação societária correspondente. A operação teve como objetivo fortalecer a estrutura patrimonial e financeira da Companhia, proporcionando maior suporte às suas atividades operacionais, ao investimento e à estratégia de crescimento.

### Retomada da Unidade Aralco
A Companhia retomou as atividades operacionais da Unidade Aralco - Matriz a partir da safra 2025/2026, após um período de suspensão temporária das operações desta unidade. A retomada faz parte do planejamento estratégico da Empresa e visa aproveitar as condições de mercado e fortalecer sua performance e atuação no setor.

### Reforma Tributária Brasileira
Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e 227/26. O novo modelo substituirá gradualmente ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS pelos tributos IBS, CBS e IS.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando forem divulgadas as alíquotas efetivas e a entrada em vigor dos tributos. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

## 2 Entidades do grupo
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Controladora Aralco Aracanguá S.A. e as seguintes controladas:

| Controladas | País de domicílio | Percentual de participação (direta e indireta) % | |
|---|---|---|---|
| | | Direta | Indireta |
| Aralco Figueira S.A. | Brasil | 99,56 | 99,56 |
| Aralco Generalco S.A. | Brasil | 90,28 | 98,52 |
| Aralco Alcoazul S.A. | Brasil | 26,78 | 26,78 |
| Aracanguá Sociedade de Participação Ltda. | Brasil | 99,99 | 99,99 |
| Aralco Finance S.A. (i). | Luxemburgo | 100,00 | 100,00 |
| Verde Azul Administradora de Recursos Ltda. | Brasil | 16,71 | 33.75 |
| Nova Aralco Indústria e Comércio S.A. (ii) | Brasil | 13,06 | 75,61 |
| Araçatuba Participações Ltda. (iii) | Brasil | 100,00 | 100,00 |
| Araçatuba Logística Ltda. (iii) | Brasil | 29,46 | 100,00 |

(i) A Aralco Finance S.A. foi criada em 2 de abril de 2013 para o processo de conclusão de emissão de *bonds* no exterior.

(ii) A Nova Aralco foi constituída em 31 de julho de 2016, por meio de aportes dos ativos imobilizados (terras, indústria e veículos) das empresas Aralco Aracanguá S.A., Aralco Generalco S.A., Aralco Alcoazul S.A., Aralco Figueira S.A.

(iii) Em 30 de junho de 2024, foram adquiridas pela Aralco Aracanguá S.A. as participações nas empresas Araçatuba Participações Ltda. e Araçatuba Logística Ltda., que eram de propriedade da Sucden do Brasil. Tal aquisição foi realizada em linha com o "*CORE BUSINESS*", pois tais empresas terão atuação na logística de armazenamento e escoamento do açúcar para a exportação.

# 3 Base de preparação

## Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 22 de junho de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis do Grupo estão apresentados na nota explicativa nº 7.

# 4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em milhares, exceto quando indicado de outra forma.

# 5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

## a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota explicativa nº 2** - consolidação: determinação se o Grupo detém de fato o controle sobre uma investida; e
**Nota explicativa nº 34** - Instrumentos financeiros.

## b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de março de 2026 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota explicativa nº 10 –** Provisão para perda de crédito esperada (contas a receber de clientes e outras contas a receber);
**Nota explicativa nº 12** – Ativo biológico;
**Nota explicativa nº 18 –** Vida útil do ativo imobilizado e teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
**Nota explicativa nº 19 –** Reconhecimento de direito de uso e passivo de arrendamento com base em dados observáveis de mercado;
**Nota explicativa nº 24 –** Provisão para processos judiciais; e
**Nota explicativa nº 27 –** Imposto de renda e contribuição social diferidos.

### *Mensuração sobre o valor justo*

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

O Grupo revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

**Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
**Nível 2**: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços).
**Nível 3**: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota explicativa nº 12 –** Ativos biológicos; e
**Nota explicativa nº 34 –** Instrumentos financeiros.

# 6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

# 7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## a. Base de consolidação

### *(i) Participação de acionistas não controladores*

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

### *(ii) Controladas*

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

### *(iii) Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresas investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na entidade investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## b. Moeda estrangeira

### *(i) Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma operação no exterior (controlada, coligada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor acumulado em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado como parte do resultado na alienação. Quando a alienação é de apenas uma parte do investimento de uma controlada que inclua uma operação no exterior, de forma que o controle seja mantido, a parcela correspondente de tal valor acumulado é retribuída à participação dos acionistas não controladores. Em quaisquer outras alienações parciais de operações no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para o resultado.

## c. Benefícios a empregados

### *(i) Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

## d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### *(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes*

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que refletem as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os impostos correntes ativos e passivos são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

### *(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são

reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão em que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## e. Ativo biológico

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo.

Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo.

## f. Estoques

Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas, no qual os estoques são avaliados.

## g. Imobilizado

### *(i) Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1 de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para os CPCs, foi determinado com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

### *(ii) Reclassificação para propriedade para investimentos*

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é mensurada novamente pelo seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. A Companhia optou por realizar a reclassificação a valor de custo, não registrando estes ativos a valor justo em decorrência de o valor justo apresentado ser próximo ao valor de custo.

### *(iii) Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados aos gastos sejam auferidos pelo Grupo.

### *(iv) Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

| | **Vida útil estimada - em anos** | |
|---|---|---|
| | **Consolidado** | **Controladora** |
| Edifícios e construções | 24 | 38 |
| Móveis e utensílios | 10 | 10 |
| Veículos e implementos rodoviários | 7 | 11 |
| Máquinas e equipamentos | 14 | 14 |
| Computadores e periféricos | 5 | 5 |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## h. Ativo intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

### *Amortização*

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

## i. Propriedade para investimentos

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

## j. Instrumentos financeiros

### i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### *(ii) Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito nos parágrafos anteriores, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda

aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio***
A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e os objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

***Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros***
Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamento do principal e de juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

***Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas***

***Ativos financeiros a VJR***
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

***Ativos financeiros a custo amortizado***
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

***Instrumentos de dívida a VJORA***
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

***Instrumentos patrimoniais a VJORA***
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

## *(iii) Desreconhecimento*

***Ativos financeiros***
A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas não transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retêm o controle sobre esse ativo.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

***Passivos financeiros***
A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### *(iv) Compensação*
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## k. Redução do valor recuperável (*impairment*)

### *(i) Ativos financeiros não derivativos*
Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço patrimonial para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidências objetivas de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluem:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições não consideradas normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor entrará em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

***Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado***
O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente

significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustadas para refletir o julgamento da administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

***Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial***

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

***(ii) Ativos não financeiros***

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas estas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou Unidades Geradoras de Caixa - UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

## l. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e aos riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

## m. Receita operacional

### *Venda de produtos*

A Companhia e suas controladas seguem a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita, que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

### *Vendas de açúcar no mercado externo*

As vendas de açúcar no mercado externo são realizadas utilizando a *Incoterm FOB - Free on Board*, que é quando o vendedor tem a responsabilidade de entregar a mercadoria até o navio indicado pelo comprador, assumindo assim os riscos e custos até o navio.

A receita proveniente desta venda é reconhecida pela Companhia e suas controladas no momento da entrega da mercadoria no navio indicado pelo comprador, que é o momento da transferência de propriedade.

### *Venda de etanol no mercado interno*

A Companhia e suas controladas realizam vendas de etanol no mercado interno utilizando a *Incoterm EXW - Ex Works*, que é quando o comprador retira a mercadoria nas dependências do vendedor. Assim, o vendedor não assume os riscos e custos relativos ao transporte.

O reconhecimento das receitas é realizado no momento da emissão da nota fiscal de venda, que é o do carregamento e saída do caminhão nas dependências da Companhia e de suas controladas, momento de transferência de propriedade para o comprador.

## n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber).

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

## o. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso

nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

## p. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento, isto é, se ele transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

### *(i) Como arrendatário*

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não de arrendamento como um único componente.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem

incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. Geralmente, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem sua avaliação, se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se houver um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia e suas controladas apresentam ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento e passivos de arrendamento em rubricas específicas no balanço patrimonial.

**Arrendamentos de ativos de baixo valor**
A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

### *(ii) Como arrendador*

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia e suas controladas atuam como arrendadores, determinam, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram certos indicadores, como se o prazo do arrendamento fosse equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia e suas controladas são arrendadores intermediários, contabilizam seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia e suas controladas, como arrendatários, contabilizam aplicando a isenção descrita acima, classificam o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia e suas controladas aplicarão o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia e suas controladas aplicam os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia e suas controladas também revisam regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

### *(iii) Mensuração do valor justo*

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas têm acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Para uma série de políticas contábeis e divulgações, a Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

# 8 Novas normas emitidas e ainda não efetivas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir:

**a) IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras**

A IFRS 18 introduz novos requisitos para a apresentação do desempenho financeiro, com foco na melhoria da comparabilidade e da transparência das informações divulgadas, incluindo a definição de subtotais padronizados e maior detalhamento sobre medidas de desempenho definidas pela administração.

**b) IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações**

A IFRS 19 estabelece um conjunto reduzido de exigências de divulgação aplicável a subsidiárias que não possuam responsabilidade pública, desde que a controladora elabore demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS, visando simplificar as divulgações sem comprometer a qualidade da informação.

**c) Alterações à IFRS 9 / CPC 48 e à IFRS 7 / CPC 40 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**

As alterações tratam, principalmente, de aspectos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros, bem como de aprimoramentos nos requisitos de divulgação, com o objetivo de esclarecer e alinhar a aplicação prática das normas.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, conforme aplicável, quando de sua entrada em vigor.

**d) Outras normas contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

# 9 Caixa e equivalentes de caixa

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| **Circulante** | | | | |
| Caixa e depósitos bancários | 253 | 34.924 | 1 | 1 |
| Aplicações financeiras | 152.637 | 175.308 | 3 | 3 |
| | 152.891 | 210.232 | 4 | 4 |
| **Não circulante** | | | | |
| Aplicações financeiras | - | 1.393 | - | - |
| | 152.891 | 211.625 | 4 | 4 |

O saldo de caixa e bancos compreende depósitos para uso imediato. Os saldos derivam do curso normal das operações do Grupo.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor original, acrescidas de juros incorridos até a data de fechamento das demonstrações financeiras e que não excedem o valor de mercado.

As aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a operações não compromissadas, com taxa média de remuneração de porcentagem sobre o CDI variando de acordo com o prazo do investimento.

A exposição do Grupo a riscos de crédito e a análise de sensibilidade de juros estão apresentadas na nota explicativa nº 34.

# 10 Contas a receber de clientes e outras contas a receber

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| Contas a receber - mercado interno | 7.645 | 199.816 | 3.285 | 205 |
| Contas a receber - venda cervejaria (*) | 390 | 390 | 390 | 390 |
| Outras contas a receber | - | 1 | - | - |
| | 8.035 | 200.207 | 3.675 | 595 |
| Ativo circulante | 7.645 | 199.817 | 3.285 | 205 |
| Ativo não circulante | 390 | 390 | 390 | 390 |

(*) O saldo refere-se ao valor a receber da Blue Empreendimentos e Participações Ltda., decorrente da venda da Indústria de Cerveja da qual a Aracanguá Sociedade de Participações Ltda. era proprietária.

A exposição do Grupo ao risco de crédito está apresentada na nota explicativa nº 34.

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado.

A Companhia e suas controladas possuem registrada provisão para perda de crédito esperada, como segue:

| | Consolidado | Controladora |
|---|---|---|
| **Saldo em 31 de março de 2024** | 2.386 | 1.946 |
| Provisões constituídas | 48 | - |
| Provisões utilizadas | - | - |
| Provisões revertidas | - | - |
| **Saldo em 31 de março de 2025** | 2.434 | 1.946 |
| Provisões constituídas | 5 | - |
| Provisões revertidas | - | - |
| Provisões utilizadas | (49) | - |
| **Saldo em 31 de março de 2026** | 2.391 | 1.946 |

# 11 Estoques e adiantamento a fornecedores

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| **Circulante** | | | | |
| **Produtos acabados:** | | | | |
| Açúcar cristal | - | 37 | - | - |
| Etanol | 1.783 | 49.116 | - | - |
| **Materiais secundários e outros:** | | | | |
| Insumos, materiais auxiliares de manutenção e outros | 6.938 | 7.363 | 381 | 401 |
| **Adiantamentos:** | | | | |
| Compras de cana-de-açúcar | 72.142 | 79.825 | - | - |
| Compras de insumos | 6.540 | 11.180 | 1.285 | 627 |
| | 87.402 | 147.520 | 1.666 | 1.028 |
| **Não circulante** | | | | |
| Adiantamentos - Compras de cana-de-açúcar | 17.384 | 17.384 | - | - |
| | 104.786 | 164.904 | 1.666 | 1.028 |

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem o valor de realização.

Os adiantamentos a fornecedores de cana referem-se a valores adiantados para futuro fornecimento de cana de contratos de parceria.

# 12 Ativo biológico - Consolidado

A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico, atendendo, assim, aos dispositivos estabelecidos no Pronunciamento Técnico, em que seus ativos biológicos ("cana-de-açúcar") passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

## a. Cana-de-açúcar

### *(i) Principais premissas utilizadas para atribuição do valor justo aos ativos biológicos*

Com base no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, o Grupo reconhece seus ativos biológicos a valor justo em que a lavoura de cana-de-açúcar é valorizada por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda de ativo menos os impostos e custos necessários para colocação do produto em consumo ou venda. As metodologias utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos correspondem à projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade da lavoura de cana-de-açúcar.

### *(ii) Apresentação*

A seguir estão demonstradas as movimentações dos ativos biológicos do Grupo:

| | |
|---|---|
| **Saldo em 31 de março de 2024** | **85.055** |
| Adições com tratos de cana | 67.843 |
| Absorção dos custos de cana colheita | (66.584) |
| Variação no valor justo (Nota 32) | (15.988) |
| **Saldo em 31 de março de 2025** | **70.326** |
| Adições com tratos de cana | 68.533 |
| Absorção dos custos de cana colheita | (67.843) |
| Variação no valor justo (Nota 32) | (13.341) |
| **Saldo em 31 de março de 2026** | **57.675** |

A estimativa do valor justo poderia aumentar (ou diminuir) se:

- O preço estimado do ATR fosse maior (ou menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (ou menor); e
- A taxa de desconto fosse menor (ou maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças, incêndios florestais e outras forças naturais.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, consequentemente, nos resultados operacionais do Grupo, por influenciarem as safras, aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios do Grupo estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

*Soqueiras de cana-de-açúcar*
As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar.

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **2026** | **2025** |
| Áreas replantadas (hectares) | 8.309,79 | 6.252,08 |
| Custo do replantio (R$/hectares) | 13.563.57 | 13.298,77 |

*Lavouras de cana-de-açúcar*
As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras estão. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **2026** | **2025** |
| Área estimada de colheita (hectares) | 22.827 | 23.444 |
| Produtividade prevista (toneladas de cana / hectare) | 76.82 | 68,37 |
| Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg/t) | 139,25 | 139,90 |
| Valor do kg de ATR - R$ | 1,0596 | 1,2466 |
| WACC | 8,89% | 8,88% |

O ativo biológico cana-de-açúcar possui sua realização na safra 2026/2027.

O Grupo revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico, atualizando-as caso existam variações significativas em relação às projetadas anteriormente.

***Riscos regulatórios e ambientais***
O Grupo está sujeito às leis e aos regulamentos pertinentes às atividades em que opera. O Grupo estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

***Riscos de oferta e demanda***
O Grupo está exposto aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, o Grupo faz a gestão destes riscos, alinhando o seu volume de produção ao abastecimento do mercado e à procura.

A administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

***Riscos climáticos e outros***
As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. O Grupo tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

# 13 Impostos a recupera

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| **ICMS** | | | | |
| ICMS sobre insumos e outros (i) | 16.047 | 15.763 | 8.688 | 8.489 |
| ICMS sobre compra de cana (ii) | - | 956 | - | 521 |
| ICMS sobre ativo imobilizado (iii) | 4.105 | 4.830 | 2.430 | 3.384 |
| | 20.152 | 21.550 | 11.118 | 12.394 |
| IRRF a compensar | 5.538 | 2.955 | 1 | 1 |
| COFINS (iv) | 58.587 | 73.836 | 9.526 | 5.494 |
| PIS (iv) | 14.977 | 14.356 | 2.276 | 1.505 |
| IPI | 2.931 | 938 | 204 | 204 |
| Outros | 283 | 753 | 40 | 10 |
| | 82.316 | 92.838 | 12.048 | 7.214 |
| | 102.468 | 114.388 | 23.166 | 19.608 |
| Ativo circulante | 91.431 | 102.339 | 21.871 | 17.321 |
| Ativo não circulante | 11.037 | 12.049 | 1.295 | 2.287 |

(i) Refere-se a créditos decorrentes da aquisição de insumos, material de embalagem, material intermediário, combustível e outros;

(ii) Refere-se a créditos sobre aquisição de cana-de-açúcar;

(iii) Refere-se a créditos sobre aquisição de ativo imobilizado que podem ser utilizados à razão de 1/48 avos; e

(iv) A diminuição dos valores registrados em PIS e COFINS a recuperar refere-se, principalmente, à realização de compensações com tributos, em conformidade com a legislação aplicável.

# 14 Outros créditos

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| **Circulante:** | | | | |
| Adiantamentos a empregados | 9 | 373 | 1 | - |
| Outras contas a receber | 29 | 27 | - | - |
| Empréstimos compulsórios | 6 | 6 | - | - |
| | 42 | 406 | 1 | - |
| **Não circulante:** | | | | |
| Precatórios (i) | 2.377 | 2.977 | - | - |
| | 2.377 | 2.977 | 1 | - |
| | 2.421 | 3.383 | 1 | - |

(i) O saldo refere-se a precatórios estaduais adquiridos para compensação de impostos.

# 15 Partes relacionadas

## a. Remuneração de pessoal-chave da administração:

O pessoal-chave da administração do Grupo é composto pela Diretoria, eleita bienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. O montante referente à remuneração do pessoal-chave da administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R$ 769 (R$ 882 em 31 de março de 2025). O Grupo não concede ao pessoal-chave da administração benefícios com características de longo prazo.

## b. Outras contas a receber e outras contas a pagar

Os principais saldos em 31 de março de 2026 e 2025 referem-se basicamente a:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| **Ativo não circulante** | | | | |
| Nova Aralco Indústria e Comércio S.A. | - | - | 110 | - |
| Aralco Finance | - | - | 291.711 | 680.276 |
| Aralco Alcoazul S.A. | - | - | 18.171 | 66.689 |
| AR Transportes Ltda. | 34 | 34 | - | 21 |
| Aralco Figueira S.A. | - | - | - | 566.342 |
| Premium Ind. e Com. Ltda. | 3.677 | 3.677 | - | 3.677 |
| Verde Azul Administradora de Recursos | - | - | 19.349 | 11.281 |
| Araçatuba Participações Ltda. | - | - | 3 | 2.815 |
| Araçatuba Logística Ltda. | - | - | 662 | 1.036 |
| | 3.711 | 3.711 | 330.005 | 1.332.137 |

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | **2026** | **2025** |
| **Passivo não circulante** | | |
| Aralco Generalco S.A. | 8.576 | 385.385 |
| Nova Aralco Indústria e Comércio S.A. | - | 5.967 |
| Aracanguá Sociedade de Participações Ltda. | 1.393 | 31.012 |
| Aralco Figueira S.A. | 58.660 | - |
| | 68.629 | 422.365 |

Referem-se à conta corrente, cujo objetivo é transacionar um caixa único, visto que as empresas aportaram seus ativos nas demais empresas do Grupo em decorrência da condição do plano de Recuperação Judicial.

A realização dos saldos entre as partes ocorrerá por meio de sinergias das operações, seja por produtos, seja por prestação de serviços.

A redução significativa dos saldos a pagar para partes relacionadas observada no exercício resultou da liquidação com créditos de RJ Intervenientes e Garantes e também da conversão de passivos com partes relacionadas em capital social (vide N.E. 1 – Contexto Operacional: Aumento de capital), fortalecendo a estrutura patrimonial da Companhia e reduzindo obrigações para as quais não haverá saída de caixa.

Em 31 de março de 2026 e 2025, as principais transações com partes relacionadas que impactaram no resultado da controladora foram:

| | Controladora | |
|---|---|---|
| **Receitas** | **2026** | **2025** |
| **Venda de óleo diesel** | | |
| Aralco Figueira S.A. | 84.206 | 67.082 |
| | 84.206 | 67.082 |

# 16 Investimentos

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | **2026** | **2025** |
| **Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial** | | |
| **Consolidadas** | | |
| Nova Aralco Indústria e Comércio S.A. | 42.856 | 43.069 |
| Aralco Generalco S.A. | 135.133 | 56.739 |
| Aralco Figueira S.A. | 478.606 | 123.200 |
| Aracanguá Socied. de Participações Ltda. | 36.929 | 36.934 |
| Araçatuba Participações Ltda. | 1.398 | - |
| Aralco Alcoazul S.A. | 4.177 | - |
| | 699.099 | 259.943 |
| **Ágio na aquisição de investimento** | | |
| Araçatuba Participações Ltda. | 12.578 | 12.578 |
| Araçatuba Logística Ltda. | 7.072 | 7.072 |
| | 19.650 | 19.650 |
| **Ativo não circulante – Investimentos** | **718.749** | **279.594** |

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | **2026** | **2025** |
| **Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial** | | |
| **Consolidadas** | | |
| Aralco Finance S.A. | (685.677) | (686.006) |
| Aralco Alcoazul S.A. | - | (170.993) |
| Verde Azul Administradora de Recursos Ltda. | (1.014) | (984) |
| Araçatuba Participações Ltda.(i) | - | (1.360) |
| Araçatuba Logística Ltda.(i) | (1.019) | (1.679) |
| **Passivo não circulante - Provisão para perda de investimentos** | **(687.710)** | **(861.022)** |

A Companhia registrou um ganho no exercício findo em 31 de março de 2026 de R$ 91.770 (R$ 94.512 em 31 de março de 2025) de equivalência patrimonial de suas controladas nas demonstrações financeiras individuais.

Nenhuma das empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

(i) No exercício findo em 31 de março de 2025, a Aralco Aracanguá S.A. concluiu a aquisição da totalidade das quotas destas empresas (vide nota explicativa nº 1 – Contexto Operacional).

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em controladas.

| | Participação % | Quantidade de ações / quotas | Total de ativos | Total de passivos | Patrimônio líquido | Receitas | Despesas | Lucro ou prejuízo | Investimento (Provisão para perda de investimento) | (*) Outras movimentações | Equivalência patrimonial |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de março de 2026** | | | | | | | | | | | |
| Araçatuba Participações Ltda. | 100,00 | 9.305.322 | 3.841 | 2.443 | 1.398 | - | (765) | (765) | 1.398 | 3.523 | (765) |
| Aralco Figueira S.A. | 99.56 | 37.229.311.084 | 1.306.710 | 854.998 | 480.711 | 1.075.809 | (1.038.181) | 37.629 | 478.606 | 316.200 | 39.205 |
| Aralco Generalco S.A. | 90.28 | 3.439.517.250 | 678.447 | 528.758 | 149.689 | 213.012 | (146.847) | 66.165 | 135.133 | 22.792 | 55.602 |
| Aralco Alcoazul S.A. | 26.78 | 85.318.767 | 107.867 | 92.270 | 15.596 | - | (2.497) | (2.497) | 4.177 | 177.253 | (2.082) |
| Aracanguá Sociedade de Participações Ltda. | 99,99 | quotas | 38.299 | 1.367 | 36.932 | - | (5) | (5) | 36.929 | - | (5) |
| Aralco Finance S.A. | 100,00 | 120.480 | 107 | 685.784 | (685.677) | 330 | - | 330 | (685.677) | - | 330 |
| Verde Azul Administradora de Recursos | 16,71 | quotas | 14.577 | 20.644 | (6.067) | - | (178) | (178) | (1.014) | - | (30) |
| Nova Aralco Indústria e Comércio S.A. | 13,06 | 4.566.357.544 | 329.816 | 1.763 | 328.053 | 10 | (1.645) | (1.636) | 42.855 | - | (214) |
| Araçatuba Logística Ltda. | 29.46 | 3.738.583 | 3.261 | 6.720 | (3.459) | 5 | (1.038) | (1.033) | (1.019) | 931 | (271) |
| | | | | | | | | | | 520.699 | 91.770 |

| | Participação % | Quantidade de ações / quotas | Total de ativos | Total de passivos | Patrimônio líquido | Receitas | Despesas | Lucro ou prejuízo | Investimento (Provisão para perda de investimento) | (*) Outras movimentações | Equivalência patrimonial |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de março de 2025** | | | | | | | | | | | |
| Araçatuba Participações Ltda. | 100,00 | 6.490.484 | 6.493 | 7.853 | (1.360) | - | (283) | (283) | (1.360) | | (283) |
| Aralco Figueira S.A. | 96,35 | 5.003.667.403 | 1.825.246 | 1.698.038 | 127.207 | 263.592 | (197.798) | 65.793 | 123.200 | 159 | 63.562 |
| Aralco Generalco S.A. | 83,53 | 1.879.517.250 | 1.249.995 | 1.182.071 | 67.924 | 823.379 | (783.539) | 39.840 | 56.739 | - | 33.280 |
| Aralco Alcoazul S.A. | 85,32 | 85.318.767 | 108.872 | 309.288 | (200.417) | 1.436 | (2.031) | (595) | (170.993) | - | (508) |
| Aracanguá Sociedade de Participações Ltda. | 99,99 | quotas | 38.299 | 1.361 | 36.938 | - | (4) | (4) | 36.934 | - | (4) |
| Aralco Finance S.A. | 100,00 | 120.480 | 98 | 686.105 | (686.006) | - | (809) | (809) | (686.006) | - | (809) |
| Verde Azul Administradora de Recursos | 16,71 | quotas | 14.566 | 20.455 | (5.889) | - | (681) | (681) | (984) | - | (114) |
| Nova Aralco Indústria e Comércio S.A. | 13,06 | 4.566.357.544 | 442.435 | 112.746 | 329.689 | - | (4.004) | (4.004) | 43.069 | - | (523) |
| Araçatuba Logística Ltda. | 25.00 | 2.100.000 | 3.653 | 10.370 | (6.717) | 179 | (536) | (357) | (1.679) | - | (89) |
| | | | | | | | | | | 159 | 94.512 |

(*) Do montante de R$ 520.699 registrado em outras movimentações, R$ 342.055 referem-se a aportes de capital realizados nas controladas. O montante remanescente de R$ 178.644 decorre da diluição da participação societária em transações realizadas com acionistas, conforme descrito na Nota Explicativa 28.b. Em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis, os efeitos dessas transações são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, não transitando pelo resultado do exercício.

# 17 Outros investimentos

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| **Outros investimentos não consolidados - avaliados pelo valor justo** | | | | |
| Copersucar S.A. (i) | - | 6.925 | - | 6.130 |
| Outros investimentos | 197 | 207 | 100 | 110 |
| | 197 | 7.132 | 100 | 6.241 |

(i) Em 28 de fevereiro de 2014, a Companhia e suas controladas solicitaram a demissão do quadro de cooperados da Copersucar.

# 18 Imobilizado

## Consolidado

| Custo | Imóveis | Edifícios e construções | Móveis e utensílios | Veículos e implementos rodoviários | Máquinas, equipamentos e instalações (*) | Computadores e periféricos | Imobilizado em andamento | Adiantamento a fornecedor | Lavouras de cana de açúcar | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de março de 2024** | 116.299 | 90.304 | 1.083 | 20.978 | 496.449 | 6.731 | 137.202 | 20 | 242.629 | 1.111.695 |
| Adições | | - | 319 | 3.848 | 162.500 | 661 | 94.274 | - | - | 261.602 |
| Adições Arlog/Arpar | 78 | 5.202 | 34 | - | 2.229 | 83 | - | - | - | 7.625 |
| Baixas | (8.766) | - | - | (843) | (107.116) | - | - | - | - | (116.725) |
| Reversão de *impairment (**)* | - | 56.191 | - | - | 88.019 | - | - | - | - | 144.210 |
| Transferências | - | 813 | - | - | - | - | (81.254) | - | 80.441 | - |
| **Saldo em 31 de março de 2025** | 107.611 | 152.510 | 1.436 | 23.983 | 642.081 | 7.475 | 150.222 | 20 | 323.070 | 1.408.407 |
| Adições | - | - | 214 | 433 | 145.775 | 570 | 117.102 | - | - | 264.095 |
| Baixas | (667) | - | (81) | (2.722) | (144.435) | (29) | (894) | (20) | (68.533) | (217.381) |
| Transferências | - | - | - | - | 21.680 | - | (110.331) | - | 88.651 | - |
| **Saldo em 31 de março de 2026** | 106.944 | 152.510 | 1.569 | 21.694 | 665.102 | 8.016 | 156.099 | - | 343.188 | 1.455.122 |
| **Depreciação** | | | | | | | | | | |
| **Saldo em 31 de março de 2024** | - | (51.090) | (476) | (20.623) | (309.309) | (5.608) | - | - | (125.240) | (512.346) |
| Depreciação do exercício | - | (4.422) | (124) | (645) | (36.518) | (411) | - | - | (75.316) | (117.436) |
| Depreciação Arlog/Arpar | - | (4.834) | (34) | - | (1.835) | (63) | - | - | - | (6.767) |
| Baixas | - | - | - | (843) | 2.715 | - | - | - | - | 3.558 |
| **Saldo em 31 de março de 2025** | - | (60.345) | (634) | (20.425) | (344.948) | (6.082) | - | - | (200.556) | (632.991) |
| Depreciação do exercício | - | (4.482) | (152) | (823) | (41.147) | (482) | - | - | (83.759) | (130.845) |
| Baixas | - | - | 74 | 2.508 | 9 | 29 | - | - | 68.532 | 71.152 |
| **Saldo em 31 de março de 2026** | - | (64.827) | (712) | (18.740) | (386.086) | (6.535) | - | - | (215.783) | (692.684) |
| **Valor líquido contábil** | | | | | | | | | | |
| Em 31 de março de 2026 | 106.944 | 87.682 | 857 | 2.954 | 279.016 | 1.481 | 156.099 | - | 127.405 | 762.438 |
| Em 31 de março de 2025 | 107.611 | 92.164 | 802 | 3.558 | 297.133 | 1.393 | 150.222 | 20 | 122.514 | 775.416 |

(*) Os gastos com manutenção de entressafra são aqueles incorridos na manutenção de equipamentos industriais e agrícolas que são acumulados no decorrer da entressafra para apropriação ao custo de produção da safra seguinte.

(**) O Grupo contratou uma empresa especializada em avaliação de ativos para a realização de laudo de avaliação patrimonial. Em decorrência desta avaliação, e não de operação produtiva da Unidade Aralco - Matriz, foi registrado um montante líquido de R$ 438.744 em 2014 de provisão para recuperabilidade dos ativos (*impairment*). Com a retomada das operações produtivas e consequente geração de caixa da Aralco Aracanguá S.A. em 15/04/2025, não havendo mais expectativa de não recuperabilidade, em 31 de março de 2025 foi baixada a totalidade do saldo remanescente de *impairment*.

## Controladora

| *Custo* | Imóveis | Edifícios e Construções | Móveis e Utensílios | Veículos e implementos rodoviários | Máquinas, equipamentos e instalações | Computadores e periféricos | Imobilizado em andamento | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de março de 2024** | 943 | 35.188 | 96 | 1 | 142.853 | 203 | 816 | 180.100 |
| Adições | - | - | 162 | - | 42.680 | 105 | 1.447 | 44.394 |
| Baixas | - | - | - | - | (3.724) | - | - | (3724) |
| Transferências | - | 813 | - | - | - | - | (813) | - |
| Reversão para impairment (*) | - | 56.191 | - | - | 88.019 | - | - | 144.210 |
| **Saldo em 31 de março de 2025** | 943 | 92.192 | 258 | 1 | 269.828 | 308 | 1.450 | 364.980 |
| Adições | - | - | 103 | - | 12.920 | 55 | 1.138 | 14.217 |
| Baixas | - | - | - | - | (17.709) | - | - | (17.709) |
| Transferências (**) | 16.965 | - | - | - | - | - | - | 16.965 |
| **Saldo em 31 de março de 2026** | 17.908 | 92.192 | 361 | 1 | 265.039 | 363 | 2.588 | 378.452 |
| ***Depreciação*** | | | | | | | | |
| **Saldo em 31 de março de 2024** | - | (34.620) | (7) | - | (133.791) | (11) | - | (168.429) |
| Depreciação do exercício | - | (2.061) | (16) | - | (8.543) | (49) | - | (10.669) |
| Baixas | - | - | - | - | 2.593 | - | - | 2.593 |
| **Saldo em 31 de março de 2025** | - | (36.681) | (23) | - | (139.741) | (60) | - | (176.505) |
| Depreciação do exercício | - | (2.069) | (31) | (1) | (9.266) | (71) | - | (11.437) |
| Baixas | - | - | - | - | 2 | - | - | 2 |
| **Saldo em 31 de março de 2026** | - | (38.750) | (54) | (1) | (149.005) | (131) | - | (187.940) |
| **Valor líquido contábil** | | | | | | | | |
| Em 31 de março de 2026 | 17.908 | 53.442 | 307 | - | 116.034 | 232 | 2.588 | 190.512 |
| Em 31 de março de 2025 | 943 | 55.511 | 235 | 1 | 130.087 | 248 | 1.450 | 188.475 |

(*) O Grupo contratou uma empresa especializada em avaliação de ativos para a realização de laudo de avaliação patrimonial. Em decorrência desta avaliação, e não de operação produtiva da Unidade Aralco - Matriz, foi registrado um montante líquido de R$ 150.488 em 2014, de provisão para recuperabilidade dos ativos (*impairment*). Com a retomada das operações produtivas e consequente geração de caixa da Aralco Aracanguá S.A. em 15/04/2025, não havendo mais expectativa de não recuperabilidade, em 31 de março de 2025 foi baixada a totalidade do saldo remanescente de *impairment*.

(**) "O saldo remanescente na rubrica de transferências decorre, substancialmente, da reclassificação de ativos anteriormente registrados no grupo de Propriedade para Investimento para o grupo de Imóveis/Imobilizado, em função da alteração da finalidade de uso desses ativos no curso normal das operações da Companhia."

# 19 Direito de uso e arrendamentos

O Grupo adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1 de abril de 2019. A seguir estão demonstradas as movimentações dos ativos de direito de uso do Grupo:

| | **Direto de uso de terras** |
|---|---|
| **Saldo em 31 de março de 2024** | **194.580** |
| Adições de contratos | 151.782 |
| Remensuração dos contratos | (12.706) |
| Bens baixados | (56.600) |
| Depreciação | (48.262) |
| **Saldo em 31 de março de 2025** | **228.794** |
| Adições de contratos | 57.287 |
| Remensuração dos contratos | (13.927) |
| Bens baixados | (31.956) |
| Depreciação | (50.129) |
| **Saldo em 31 de março de 2026** | **190.068** |

A seguir estão demonstradas as movimentações dos passivos de arrendamento do Grupo:

| | **Parcerias e arrendamentos agrícolas** |
|---|---|
| **Saldo em 31 de março de 2024** | **198.250** |
| Adições de contratos | 151.782 |
| Remensuração dos contratos | (12.706) |
| Pagamentos | (43.698) |
| Juros pagos | (32.858) |
| Remensuração dos juros | 4.805 |
| Baixa | (65.243) |
| Apropriação de Juros | 30.169 |
| **Saldo em 31 de março de 2025** | **230.501** |
| Adições de contratos | 57.287 |
| Remensuração dos contratos | (13.927) |
| Pagamentos | (44.761) |
| Juros pagos | (32.098) |
| Remensuração dos juros | 8.428 |
| Baixa | (39.999) |
| Apropriação de Juros | 32.260 |
| **Saldo em 31 de março de 2026** | **197.692** |
| Passivo circulante | 44.006 |
| Passivo não circulante | 153.686 |

# 20 Fornecedores

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| Fornecedores de cana | 43.203 | 80.456 | - | - |
| Fornecedores de bens e serviços | 56.350 | 40.437 | 5.870 | 11.818 |
| | 99.553 | 120.893 | 5.870 | 11.818 |
| Passivo circulante | 97.753 | 117.293 | 5.870 | 11.818 |
| Passivo não circulante | 1.800 | 3.600 | - | - |

A exposição do Grupo a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa nº 34.

# 21 Impostos e contribuições a recolher

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| ICMS | 5.908 | 9.536 | - | - |
| IRPJ e CSLL | 11.439 | 8.637 | - | - |
| IRRF | 1.149 | 947 | 21 | 21 |
| COFINS | 354 | 56 | - | - |
| PIS | 76 | 12 | - | - |
| FUNRURAL (i) | 9.062 | 87.518 | - | - |
| ISSQN | 12 | 40 | - | - |
| Outros | 140 | 259 | 21 | 20 |
| | 28.139 | 107.004 | 42 | 41 |

(i) No exercício, a Companhia procedeu à reclassificação dos valores relacionados ao Funrural, anteriormente registrados na rubrica "Impostos a recolher", para a rubrica "Provisão para demandas judiciais", em razão da avaliação da natureza do passivo e do estágio processual das discussões judiciais relacionadas ao referido tributo.

Tal reclassificação decorre do entendimento da Administração, suportado por seus assessores jurídicos, de que a obrigação passou a estar vinculada a contingências judiciais, refletindo de forma mais adequada a natureza, o risco e a expectativa de desembolso associados ao tema. Dessa forma, os saldos passaram a ser apresentados na rubrica de provisões para demandas judiciais (vide nota explicativa nº 24 – Provisões para demandas judiciais).

# 22 Impostos parcelados

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| Receita Estadual (ICMS) (i) | 94.488 | 98.343 | 5.541 | 7.441 |
| Impostos municipais | 44 | 336 | - | - |
| Outros parcelamentos | 2.187 | 2.748 | - | - |
| | 96.719 | 101.427 | 5.541 | 7.441 |
| Passivo circulante | 32.596 | 32.648 | 1.900 | 1.900 |
| Passivo não circulante | 64.123 | 68.779 | 3.641 | 5.541 |

(ii) Em 19 de março de 2013, as Autoridades Fiscais do Estado de São Paulo aceitaram nosso requerimento de inclusão no Programa Especial de Parcelamento - PEP com o objetivo de pagar ICMS no Estado de São Paulo em 120 parcelas com 50% de redução de multas e 40% de redução de juros. O montante total do programa foi de R$ 182,9 milhões. Em fevereiro de 2024, foi feita transação por adesão conforme o artigo 43 da Lei Estadual n. 17.843/2023, reduzindo assim os valores do parcelamento por efeito de 100% de redução de juros e aproximadamente 90% de redução de multas e honorários, resultando em desconto líquido de R$ 3,4 milhões na individual e R$ 12,6 milhões no consolidado.

# 23 Salários e encargos sociais

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| FGTS a recolher | 9.339 | 9.869 | 42 | 16 |
| INSS a recolher | 15.134 | 12.030 | 496 | 9 |
| Pró-labore a pagar | 36 | 34 | 29 | 28 |
| Salários e encargos a pagar | 7.400 | 14.487 | 154 | 15 |
| Provisão para 13º salário e férias | 20.305 | 13.305 | 449 | - |
| Encargos sobre provisões | 2.705 | 2.312 | 165 | - |
| | 54.920 | 52.036 | 1.335 | 68 |

# 24 Provisões para demandas judiciais

| | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **Tributárias** | **Trabalhistas** | **Cíveis** | **Total** |
| **Saldo em 31 de março de 2024** | 39.770 | 10.985 | 15.936 | 66.691 |
| Provisões constituídas | - | - | - | - |
| Provisões utilizadas | - | - | - | - |
| Provisões revertidas | (21) | (4.476) | (2.686) | (7.183) |
| **Saldo em 31 de março de 2025** | 39.749 | 6.509 | 13.250 | 59.508 |
| Provisões constituídas | 12.936 | 2.737 | - | 15.672 |
| Transferência (nota explicativa nº 21 (i)) | 74.248 | - | - | 74.248 |
| Provisões revertidas | - | - | (1.711) | (1.711) |
| **Saldo em 31 de março de 2026** | 126.932 | 9.245 | 11.539 | 147.717 |

| | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **Tributárias** | **Trabalhistas** | **Cíveis** | **Total** |
| **Saldo em 31 de março de 2024** | 28.959 | - | 4.478 | 33.438 |
| Provisões constituídas | - | - | - | - |
| Provisões utilizadas | - | - | - | - |
| Provisões revertidas | - | - | (207) | (207) |
| **Saldo em 31 de março de 2025** | 28.959 | - | 4.272 | 33.231 |
| Provisões constituídas | 12.936 | - | - | 12.936 |
| Provisões utilizadas | - | - | - | - |
| Provisões revertidas | - | - | (973) | (973) |
| **Saldo em 31 de março de 2026** | 41.895 | - | 3.299 | 45.194 |

Para as provisões apresentadas acima, existem depósitos judiciais para o consolidado e a controladora que compõem o montante, respectivamente, de R$ 7.612 e R$ 1.108 (R$ 6.232 e R$ 931, respectivamente, em 31 de março de 2025).

Em virtude das dificuldades econômicas enfrentadas pelo Grupo, foi pedida a Recuperação Judicial nº 1001985-03.2014.8.26.0032 em 28 de fevereiro de 2014.

Vários compromissos deixaram de ser honrados, motivando o ajuizamento de diversas medidas judiciais contra as empresas que compõem o grupo econômico, ocorrendo o surgimento de várias ações cíveis e judiciais.

Alguns parcelamentos de impostos não puderam ser cumpridos, aumentando o valor das contingências tributárias.

Ante as dificuldades econômicas, o Grupo promoveu uma significativa redução no quadro de funcionários, aumentando o número de reclamações trabalhistas.

Atualmente, o Grupo mantém suas contingências judiciais sob acompanhamento e gestão contínuos, observando políticas e procedimentos de monitoramento e mitigação de riscos, sendo que os montantes provisionados se encontram em níveis considerados compatíveis e administráveis frente à sua capacidade econômico-financeira e de geração de caixa.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R$ 1.241 e R$ 1.135 (R$ 1.091 em 31 de março de 2025), consolidado e individual, respectivamente, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

# 25 Adiantamento de clientes

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| Adiantamento de clientes – açúcar (i) | 123.518 | 533.666 | - | 104.347 |
| Adiantamento de clientes – etanol (ii) | 1.703 | 15.292 | - | - |
| Adiantamento de clientes - outros | 1.318 | 1.184 | 48 | - |
| | 126.539 | 550.142 | 48 | 104.347 |

**(i)** O Grupo possui vários contratos de venda em processo de finalização que representam 254,2 mil/ton. Cabe destacar que os contratos de comercialização de açúcar são formalizados para todas as empresas do Grupo (plantas industriais), devendo ser cumpridas as entregas por qualquer das empresas do Grupo.

**(ii)** Na comercialização do etanol, as vendas são substancialmente realizadas mediante recebimento antecipado para posterior retirada do produto pelo comprador. Na data-base de 31 de março de 2026, o Grupo tem recebimentos antecipados em processo de retirada do produto, representando 475 mil/m³.

# 26 Contas a pagar investimentos

| | Consolidado e Controladora | |
|---|---|---|
| | **2026** | **2025** |
| **Aquisições participação de:(*)** | | |
| Araçatuba Participações Ltda. | 7.767 | 11.650 |
| Araçatuba Logística Ltda. | 3.655 | 5.482 |
| Aralco Aracanguá S.A. (em tesouraria) | 3.262 | 10.933 |
| Aralco Figueira S.A. | 256 | 256 |
| Outras empresas | 9 | 11 |
| | 14.949 | 28.332 |
| Passivo circulante | 10.742 | 13.511 |
| Passivo não circulante | 4.207 | 14.821 |

(*) Refere-se a saldos a pagar decorrentes da aquisição de participação societária, sujeitos à correção do índice IPCA, nas empresas do Grupo conforme contrato firmado.

# 27 Imposto de renda e contribuição social diferidos

## Natureza dos tributos diferidos

Em 31 de março de 2025, o Grupo reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos sobre os seguintes valores-base:

| **Consolidado** | **Saldo em 2024** | **Reconhecidos no resultado** | **Saldo em 2025** | **Reconhecidos no resultado** | **Saldo em 2026** |
|---|---|---|---|---|---|
| Provisão para perda de crédito esperada duvidosa | 11 | 653 | 664 | (92) | 572 |
| Provisões para demandas judiciais | 3.644 | 8.454 | 12.098 | 2.316 | 14.414 |
| Ativo biológico | (6.281) | 5.436 | (845) | 845 | - |
| Prejuízo fiscal e base negativa | 862 | 33.824 | 34.686 | (757) | 33.928 |
| Propriedade para investimento | (5.357) | - | (5.357) | 5.357 | - |
| Direito de uso (Efeito CPC 06) | 1.510 | (700) | 810 | (637) | 173 |
| Imobilizado líquido - Custo atribuído | (8.451) | (45.398) | (53.849) | (2.063) | (55.912) |
| | (14.062) | 2.270 | (11.792) | 4.968 | (6.824) |

| **Controladora** | **Saldo em 2024** | **Reconhecidos no resultado** | **Saldo em 2025** | **Reconhecidos no resultado** | **Saldo em 2026** |
|---|---|---|---|---|---|
| Provisão para perda de crédito esperada | 1 | 660 | 661 | (90) | 572 |
| Provisões para demandas judiciais | 682 | 10.616 | 11.298 | 1.979 | 13.277 |
| Prejuízo fiscal e base negativa | - | 32.852 | 32.852 | (538) | 32.314 |
| Propriedade para investimento | (5.357) | - | (5.357) | 5.357 | - |
| Imobilizado líquido - Custo atribuído | 3.078 | (46.288) | (43.210) | (2.954) | (46.163) |
| | (1.596) | (2.159) | (3.754) | 3.754 | (1) |

A Companhia e suas controladas possuem R$ 744.175 (R$ 775.465 em 2025) no consolidado e R$ 357.162 (R$ 359.476 em 2025) no individual, de bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais não reconhecidos em sua totalidade, em função da perspectiva de não realização dos referidos créditos.

## a. Composição do imposto de renda e contribuição social do resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

| **Consolidado** | **2026** | **2025** |
|---|---|---|
| Resultado contábil antes do imposto de renda e da contribuição social | 191.157 | 99.358 |
| (-) Resultado controlada no exterior | (330) | 809 |
| | 190.827 | 100.167 |
| Alíquota fiscal combinada - base de até 240 mil | 24% | 24% |
| Alíquota fiscal combinada - base acima de 240 mil | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social: | | |
| Pela alíquota fiscal combinada | (64.881) | (34.057) |
| *Ajustes para a apuração da alíquota efetiva:* | | |
| Despesas indedutíveis e receitas não tributáveis | (76.503) | (19.373) |
| Imposto de renda sobre prejuízo fiscal e base negativa | 115.360 | 39.340 |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício | (26.025) | (14.090) |
| Alíquota efetiva | -14% | -14% |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (30.993) | (16.360) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 4.968 | 2.270 |

| **Controladora** | **2026** | **2025** |
|---|---|---|
| Resultado contábil antes do imposto de renda e da contribuição social | 164.548 | 84.821 |
| (-/+) Resultado da equivalência patrimonial | (91.770) | (94.512) |
| | 72.778 | (9.691) |
| Alíquota fiscal combinada – base de até 240 mil | 24% | 24% |
| Alíquota fiscal combinada – base acima de 240 mil | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social: | | |
| Pela alíquota fiscal combinada | (24.745) | 3.295 |
| *Ajustes para a apuração da alíquota efetiva:* | | |
| Despesas indedutíveis e receitas não tributáveis | (53.905) | (358) |
| Imposto de renda sobre prejuízo fiscal e base negativa | 79.405 | (5.096) |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício | 756 | (2.159) |
| Alíquota efetiva | 0% | -3% |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (2.998) | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 3.754 | (2.159) |

# 28 Patrimônio líquido – Controladora

## a. Capital social

***Aralco Aracanguá S.A.***
O capital social está representado por 2.333.058.714 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado ( 1.450.000.000 em 31 de março de 2025 ).

Durante o exercício de 2025, a Companhia adquiriu ações de sua própria emissão no montante de R$ 10.933, destinadas à manutenção em tesouraria para eventual alienação, cancelamento ou utilização em programas de remuneração baseados em ações. As aquisições foram realizadas com base no artigo 30 da Lei nº 6.404/76, respeitando as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e demais regulamentações aplicáveis.

Conforme previsto no Novo Plano de Recuperação Judicial (*vide* N.E. 36 – Credores de Recuperação Judicial), saldos remanescentes dos créditos auferidos após os pagamentos realizados na forma do Novo Plano serão cedidos aos Intervenientes Garantes, que os converterão em participação societária de quaisquer das sociedades que compõem a Companhia e suas controladas.

Em 30 de dezembro de 2025, foram realizados aportes de capital também por cessão dos créditos de RJ de R$ 883.058, respectivamente, totalizando aumento do capital social durante o exercício de 2025.

## b. Ajustes de avaliação patrimonial

É composto pelo efeito da adoção do custo atribuído ao ativo imobilizado pelo Grupo em decorrência da aplicação do CPC 27 e do ICPC 10 na data de transição, bem como pela mais-valia de bens do ativo imobilizado aportados pelas empresas do grupo na constituição da Nova Aralco Indústria e Comércio S.A. (*vide* nota explicativa nº 1). Efeitos estes deduzidos do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vêm sendo realizados mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhes deram origem.

Conforme descrito na Nota explicativa 16, houve diluição da participação da Companhia em suas investidas, resultando no reconhecimento de ganho (devido ao patrimônio líquido negativo da investida) em transação com acionistas. Esse efeito decorre exclusivamente da reestruturação patrimonial realizada entre a Companhia e seus acionistas, não estando relacionado ao desempenho operacional das investidas.

# 29 Gestão de capital

A política da administração é sustentar uma base de capital sólida com o objetivo de manter a confiança dos investidores, dos credores e do mercado, bem como manter o desenvolvimento futuro dos negócios. A administração monitora o retorno do capital, que o Grupo define como resultado das atividades operacionais dividido pelo total do patrimônio líquido.

Os objetivos da Companhia e suas controladas, ao administrarem o capital, são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores

monitorados pela Gerência Financeira e administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

| | |
|---|---|
| De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante) | Maior ou igual a 1 |
| De alavancagem financeira (*) | Maior que 1 |

(*) Se o grau de alavancagem financeira (GAF) for maior que 1,0, indica que a alavancagem será considerada favorável: o retorno do Ativo Total (conjunto de bens e direitos da Companhia, expressos em moeda) será razoavelmente maior que a remuneração paga ao capital de terceiros.

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados a seguir:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| Ativo circulante | 397.273 | 730.937 | 26.827 | 18.587 |
| Passivo circulante | 399.872 | 934.023 | 20.849 | 135.579 |
| **Índice de liquidez** | 0,994 | 0,783 | 1,287 | 0,137 |
| Resultado do exercício | 165.132 | 85.268 | 165.304 | 82.662 |
| Patrimônio líquido | 408.867 | (857.893) | 394.756 | (832.251) |
| RPL (retorno sobre o patrimônio líquido) | (0,404) | 0,099 | (0.419) | 0,099 |
| Resultado do exercício | 165.132 | 85.268 | 165.304 | 82.662 |
| Ativo total | 1.416.047 | 1.809.970 | 1.268.990 | 1.845.610 |
| RAT (retorno sobre o ativo total) | 0,117 | 0,047 | 0,130 | 0,045 |
| GAF (grau de alavancagem financeira) RPL/RAT | (3,463) | 2,110 | (3,215) | 2,218 |

# 30 Receita operacional líquida

As receitas operacionais do Grupo são compostas pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| Açúcar | 926.338 | 749.745 | 39.073 | 2.299 |
| Etanol | 364.716 | 305.551 | - | - |
| Bagaço de cana | 16.581 | 3.571 | 7.789 | - |
| Diesel | 15.030 | 16.123 | 84.206 | 67.082 |
| Melaço | 63.231 | 1.705 | - | - |
| Outras vendas | 11.470 | 29.323 | 2.736 | 1.752 |
| Receita bruta | 1.397.367 | 1.106.018 | 133.803 | 71.133 |
| (-) Impostos sobre vendas | (78.942) | (50.486) | (1.804) | (380) |
| (-) Devoluções e abatimentos | (2.824) | (1.286) | (64) | - |
| | 1.315.601 | 1.054.247 | 131.935 | 70.753 |

# 31 Despesas operacionais por natureza

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| Despesas com pessoal | 142.652 | 114.961 | 17.067 | 4.267 |
| Depreciação e amortização | 198.687 | 184.020 | 11.437 | 10.669 |
| Matéria-prima e consumíveis | 525.451 | 351.641 | 306 | 15 |
| Gastos com manufatura e outras | 180.675 | 176.387 | 78.989 | 50.362 |
| Despesa com comercialização, fretes, transbordos e armazenagens | 94.729 | 70.153 | 5.038 | - |
| Serviços prestados | 11.284 | 19.275 | 2.271 | 1.942 |
| Despesas tributárias | 7.083 | 2.178 | 1.166 | 198 |
| Mudança do valor justo do ativo biológico | 13.341 | 15.988 | - | - |
| Provisão perdas esperadas de crédito | 5 | 48 | - | - |
| Reversão para demandas judiciais | 13.961 | (7.183) | 11.963 | (207) |
| Outras despesas (receitas) operacionais | 21.162 | 19.020 | 2.770 | 1.450 |
| | 1.209.030 | 946.488 | 131.007 | 68.695 |
| **Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função** | | | | |
| Custo dos produtos vendidos | 1.017.934 | 802.551 | 101.464 | 60.705 |
| Mudança no valor justo do ativo biológico (Nota explicativa nº 12) | 13.341 | 15.988 | - | - |
| Despesas com vendas | 99.291 | 75.348 | 5.543 | 385 |
| Despesas administrativas e gerais | 78.464 | 52.601 | 24.000 | 7.605 |
| | 1.209.030 | 946.488 | 131.007 | 68.695 |

# 32 Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| Renovabio | 1.921 | 6.884 | - | - |
| Arrendamento | 2 | 8 | 2 | 8 |
| Valor residual do ativo imobilizado - baixado | 1.951 | (4.760) | 2.846 | (1.072) |
| Receita do imobilizado vendido | 1.471 | 1.942 | 44 | 170 |
| Baixa *impairment* Unidade Aralco (i) | - | 144.210 | - | 144.210 |
| Recuperação de benefícios de impostos | 34.411 | 37.002 | 2.623 | 340 |
| Indenizações de seguros e judiciais | 2.498 | 2.582 | (6) | (2) |
| Compromissos recuperação judicial | (2.986) | - | (2.770) | - |
| Bonificações e outros | 598 | 5.207 | 118 | 258 |
| Recuperação de Despesas | 3.893 | - | 17 | - |
| | 43.759 | 193.074 | 2.874 | 143.911 |

(i) Refere-se à reversão do *impairment* do ativo imobilizado (*vide* nota explicativa nº 1 – Contexto operacional - Retomada da unidade Aralco e nota explicativa nº 18 - Imobilizado).

# 33 Financeiras líquidas

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| **Receitas financeiras** | | | | |
| Descontos obtidos | 380 | 257 | 34 | 4 |
| Juros sobre recebíveis | 21.920 | 19.853 | 1 | 318 |
| Variação monetária ativa | 311 | 315 | 136 | 120 |
| | **22.611** | **20.425** | **171** | **442** |
| **Despesas financeiras** | | | | |
| Descontos concedidos | (11) | (194) | - | - |
| Juros sobre obrigações | (34.049) | (32.872) | (490) | (240) |
| Juros sobre tributos | (14.158) | (27.320) | (375) | (131) |
| Provisão de juros sobre recuperação judicial | (4.543) | (5.370) | (587) | (1.710) |
| Variação monetária passiva | (524) | (91) | (479) | (36) |
| | **(53.286)** | **(65.847)** | **(1.931)** | **(2.118)** |
| **Variação cambial líquida** | | | | |
| Credores recuperação judicial | 71.563 | (156.254) | 70.736 | (153.984) |
| Clientes | (61) | 201 | - | - |
| | **71.502** | **(156.053)** | **70.736** | **(153.984)** |
| | **40.828** | **(201.474)** | **68.976** | **(155.660)** |

# 34 Instrumentos financeiros

## a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo seu nível de hierarquia do valor justo.

| 31 de março de 2026 | Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor contábil | | | | Valor justo | | | |
| | Valor justo por meio de resultado | Custo Amortizado | Outros passivos financeiros | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| **Ativos financeiros mensurados ao valor justo** | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 152.637 | - | - | 152.637 | - | 152.637 | - | 152.637 |
| Partes relacionadas | 3.711 | - | - | 3.711 | - | 3.711 | - | 3.711 |
| | 156.348 | - | - | 156.348 | - | 156.348 | - | 156.348 |
| **Ativos financeiros não mensurados ao valor justo** | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | 253 | - | 253 | - | - | - | - |
| Contas a receber e outras contas a receber | - | 8.035 | - | 8.035 | - | - | - | - |
| | - | 8.288 | - | 8.288 | - | - | - | - |
| **Passivos financeiros mensurados ao valor justo** | | | | | | | | |
| Credores recuperação judicial | - | - | 110.006 | 110.006 | - | 351.540 | - | 351.540 |
| | - | - | 110.006 | 110.006 | - | 351.540 | - | 351.540 |
| **Passivos financeiros não mensurados ao valor justo** | | | | | | | | |
| Fornecedores | - | - | 99.553 | 99.553 | - | - | - | - |
| Outras obrigações | - | - | 1.115 | 1.115 | - | - | - | - |
| | - | - | 100.668 | 100.668 | - | - | - | - |

| 31 de março de 2026 | Controladora | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor contábil | | | | Valor justo | | | |
| | Valor justo por meio de resultado | Custo Amortizado | Outros passivos financeiros | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| **Ativos financeiros mensurados ao valor justo** | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 3 | - | - | 3 | - | 3 | - | 3 |
| Partes relacionadas | 330.005 | - | - | 330.005 | - | 330.005 | - | 330.005 |
| | 330.008 | - | - | 330.008 | - | 330.008 | - | 330.008 |
| **Ativos financeiros não mensurados ao valor justo** | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | - | | - | | | | |
| Contas a receber e outras contas a receber | - | 3.675 | - | 3.675 | - | - | - | - |
| | - | 3.675 | - | 3.675 | - | - | - | - |
| **Passivos financeiros mensurados ao valor justo** | | | | | | | | |
| Credores recuperação judicial | - | - | 19.435 | 19.435 | - | 62.529 | - | 62.529 |
| | - | - | 19.435 | 19.435 | - | 62.529 | - | 62.529 |
| **Passivos financeiros não mensurados ao valor justo** | | | | | | | | |
| Fornecedores | - | - | 5.870 | 5.870 | - | - | - | - |
| Outras obrigações | - | - | 88 | 88 | - | - | - | - |
| | - | - | 5.958 | 5.958 | - | - | - | - |

## b. Gestão de riscos financeiros

### *Visão geral*

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Grupo, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital do Grupo. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

### Estrutura do gerenciamento de risco

Os Acionistas e a Diretoria têm responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo.

O Conselho estabeleceu comitês, os quais são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo. O comitê se reporta regularmente ao Conselho de Administração e à Diretoria sobre as suas atividades. São eles: Comitê Fiscal, Financeiro, Produção e Recursos Humanos.

Os Comitês do Grupo supervisionam como a Administração acompanha o cumprimento das políticas e dos procedimentos de gerenciamento de riscos do Grupo e revisa a adequação da estrutura do gerenciamento em relação aos riscos enfrentados pelo Grupo.

### Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do grupo de clientes.

### Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia e suas controladas registram uma provisão para perdas que representa sua estimativa de perdas esperadas referentes a contas a receber de clientes.

A administração dos valores em atraso há mais de 30 dias não incorre em perda por redução ao valor recuperável. Essas análises baseiam-se em um histórico de comportamento de pagamento e em extensas análises dos riscos de crédito de seus respectivos clientes, incluindo avaliações de crédito de tais clientes, quando disponíveis.

*Caixa e equivalentes de caixa*
A Companhia e suas controladas detinham "Caixa e equivalentes de caixa" de R$ 152.891 em 31 de março de 2026 (R$ 210.232 em 31 de março de 2025).

## Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

A previsão de fluxo de caixa do Grupo monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida do Grupo e o cumprimento de suas metas.

### *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é administrar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

### *Risco de taxa de juros*

Decorre da possibilidade de o Grupo estar sujeito a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando à mitigação deste tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas e pós-fixadas.

### *Risco de moeda*

O Grupo está sujeito ao risco de moeda nas vendas e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo, em sua grande maioria, o Real (R$).

### *Risco operacional*

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade pelo desenvolvimento e pela implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

O cumprimento das normas do Grupo é apoiado por um programa de análises periódicas sob a responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises são discutidos entre o Comitê de Auditoria e a Alta Administração do Grupo.

### *Riscos de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 152.891 | 210.232 | 4 | 4 |
| Contas a receber de clientes e outras contas a receber | 207.404 | 200.207 | 3.675 | 595 |
| Partes relacionadas | 3.711 | 3.711 | 330.005 | 1.332.137 |
| Outros créditos | 2.421 | 3.383 | 1 | - |

Os instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco.

Os vencimentos do contas a receber de clientes foram:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **2026** | **2025** | **2026** | **2025** |
| A vencer | 207.574 | 200.253 | 3.234 | 154 |
| Vencidos: | | | | |
| De 1 a 30 dias | - | - | - | - |
| De 31 a 60 dias | - | - | - | - |
| De 61 a 90 dias | - | - | - | - |
| De 91 a 180 dias | - | - | - | - |
| Acima de 181 dias | 2.388 | 2.388 | 2.388 | 2.388 |
| | 209.961 | 202.641 | 5.622 | 2.541 |
| (-) Vendas para entrega futura | (166) | - | - | - |
| (-) Provisão para perda de crédito esperada | (2.434) | (2.434) | (1.947) | (1.947) |
| | 207.404 | 200.207 | 3.675 | 595 |

## *Risco de liquidez*

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2026 | | | | | |
| | **Valor contratual** | **Valor contábil** | **Até 1 ano** | **1 - 2 anos** | **2 - 5 anos** | **Mais que 5 anos** |
| **Passivos** | | | | | | |
| Fornecedores | 99.553 | 99.553 | 97.753 | 1.800 | - | - |
| Credores recuperação judicial | 351.540 | 110.006 | 14.876 | 21.888 | 32.832 | 281.945 |
| Outras obrigações | 1.115 | 1.115 | 522 | 593 | - | - |

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2026 | | | | | |
| | **Valor contratual** | **Valor Contábil** | **Até 1 ano** | **1 - 2 anos** | **2 - 5 anos** | **Mais que 5 anos** |
| **Passivos** | | | | | | |
| Fornecedores | 5.870 | 5.870 | 5.870 | - | - | - |
| Credores recuperação judicial | 62.529 | 19.435 | 2.651 | 3.242 | 4.863 | 51.774 |
| Outras contas a pagar | 88 | 88 | 88 | - | - | - |

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em valores diferentes.

## *Risco cambial*

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir:

| | Consolidado | | | | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2026 | | 2025 | | 2026 | | 2025 | |
| | USD Mil | R$ | USD Mil | R$ | USD Mil | R$ | USD Mil | R$ |
| Credores recuperação judicial | 269 | 1.402 | 206.519 | 1.185.874 | - | - | 205.233 | 1.178.492 |
| **Exposição líquida** | 269 | 1.402 | 206.519 | 1.185.874 | - | - | 205.233 | 1.178.492 |

## Análise de sensibilidade

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência aos demais cenários, foram consideradas a deterioração e a apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários II e III foram estimados com uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

## Análise de sensibilidade - Cambial

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de março de 2026, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores, quando aplicável, e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em cada um dos cenários. O quadro abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

| | | Consolidado | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Alta - aumento das despesas | | Baixa - redução das despesas | |
| **Cenários** | **Valor contábil** | **Provável** | **25%** | **50%** | **25%** | **50%** |
| **Passivos financeiros** | | | | | | |
| Credores recuperação judicial | 1.402 | 140 | 351 | 701 | (351) | (701) |
| Impacto no resultado | | 140 | 351 | 701 | (351) | (701) |

As informações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima foram obtidas junto a fontes externas de mercado, como Bloomberg e B3.

## *Risco de taxa de juros*

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

*Risco de taxa sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas*

**Consolidado**

| | | | Provável | | Aumento do Índice em 25% | | Aumento do Índice em 50% | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Instrumentos** | **Exposição 2026** | **Risco** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** |
| Credores recuperação judicial | (99.045) | Aumento TR + 3% | 5,03 | (4.982) | 6,29 | (6.227) | 7,55 | (7.473) |
| Total dos passivos financeiros | (99.045) | | | (4.982) | | (6.227) | | (7.473) |
| Impacto no resultado e patrimônio líquido | | | | | | (1.245) | | (2.491) |

*Risco de taxa sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas*

**Consolidado**

| | | | Provável | | Redução do Índice em 25% | | Redução do Índice em 50% | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Instrumentos** | **Exposição 2026** | **Risco** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** |
| Credores recuperação judicial | (99.045) | Diminuição TR + 3% | 5,03 | (4.982) | 3,77 | (3.736) | 2.52 | (2.491) |
| Total dos passivos financeiros | (99.045) | | | (4.982) | | (3.736) | | (2.491) |
| Impacto no resultado e patrimônio líquido | | | | | | 1.245 | | 2.491 |

*Risco de taxa sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas*

**Controladora**

| | | | Provável | | Aumento do Índice em 25% | | Aumento do Índice em 50% | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Instrumentos** | **Exposição 2026** | **Risco** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** |
| Credores recuperação judicial | (14.522) | Aumento CDI | 5,03 | (730) | 6,29 | (913) | 7,55 | (1.096) |
| Total dos passivos financeiros | (14.522) | | | (730) | | (913) | | (1.096) |
| Impacto no resultado e patrimônio líquido | | | | | | (183) | | (365) |

*Risco de taxa sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas*

**Controladora**

| | | | Provável | | Redução do Índice em 25% | | Redução do Índice em 50% | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Instrumentos** | **Exposição 2026** | **Risco** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** |
| Credores recuperação judicial | (14.522) | Diminuição CDI | 14,25 | (730) | 10,69 | (548) | 7,13 | (365) |
| Total dos passivos financeiros | (14.522) | | | (730) | | (548) | | (365) |
| Impacto no resultado e patrimônio líquido | | | | | | 183 | | 365 |

# 35 Compromissos de compra

As companhias Aralco Aracanguá S.A., Aralco Figueira S.A., Aralco Generalco S.A. e Aralco Alcoazul S.A. possuem diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos exercícios de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pelas companhias será determinada ao término de cada exercício de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotada pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA. O volume compromissado pelas companhias com fornecedores é de 2.787.200 toneladas de cana na safra.

# 36 Credores recuperação judicial

## Pedido de recuperação judicial

Em 28 de fevereiro de 2014, considerando a crise de liquidez que o mercado mundial sofreu e a consequente desvalorização do Real frente ao Dólar, a Controladora Aralco Aracanguá S.A. e suas controladas sofreram um aumento substancial de seus passivos indexados àquela moeda e optaram por ingressar com o pedido de recuperação judicial nos termos da Lei 11.101/2005, aprovado segundo a Assembleia Geral Extraordinária de 8 de dezembro de 2014 e deferido judicialmente em 21 de janeiro de 2015.

O Plano de Recuperação teve o objetivo de permitir ao Grupo Aralco superar sua crise econômico-financeira e atender aos interesses dos Credores, estabelecendo a fonte de recursos e uma estrutura de pagamento de seus Créditos.

O Grupo Aralco apresentou seu Plano de Recuperação judicial inicial na primeira Assembleia de Credores em 19 de novembro de 2014, e posteriormente foram realizadas outras assembleias em 26 de novembro e 3 de dezembro, e apresentado ao juízo em 4 de dezembro, cumprindo-se o requisito de publicidade; o Plano teve algumas alterações solicitadas por seus credores e, em 8 de dezembro de 2014, o Plano de Recuperação Judicial final foi aprovado pelos seus credores em Assembleia. Foi homologado pela juíza Sônia Cavalcante Pessoa, da 2ª Vara Cível da Comarca de Araçatuba, sob processo número 1001985-03.2014.8.26.0032.

Em decorrência do pedido de recuperação judicial realizado pelo Grupo em 28 de fevereiro de 2014, foram reclassificados para a rubrica de credores recuperação judicial e classificados de acordo com o plano de recuperação judicial:

**Consolidado**

| | | | Período de amortização | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Classes de credores** | **Valor contábil 2026** | **Valor contábil 2025** | **2027** | **2028** | **2029** | **2030** | **2031** | **2032** | **2033 a 2040** | **2041** | **2042** | **2043** |
| Trabalhistas | 910 | 1.131 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 910 |
| Microempresa e Empresa de Pequeno Porte | 2.177 | 2.180 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.177 |
| Fornecedores de cana e Credores estratégicos agrícolas | 7.873 | 6.096 | 239 | 266 | 381 | 472 | 457 | 139 | - | - | - | 5.920 |
| Quirografários | 99.045 | 102.357 | 4.358 | 4.358 | 4.358 | 4.128 | 3.898 | 3.898 | 31.188 | 14.091 | 14.091 | 14.091 |
| | **110.006** | **111.765** | | | | | | | | | | |
| Passivo circulante | 4.655 | 18.287 | | | | | | | | | | |
| Passivo não circulante | 105.351 | 93.478 | | | | | | | | | | |
| **Créditos RJ – Conversíveis em capital** | | | | | | | | | | | | |
| Intervenientes garantes | 93.109 | 1.263.272 | | | | | | | | | | |
| Valores não habilitados (*) | 29.897 | 29.897 | | | | | | | | | | |
| Passivo não circulante | **123.007** | **1.293.169** | | | | | | | | | | |

**Consolidado**
**Movimentação de Recuperação Judicial**

| | | Adições | | | | Baixas | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Classes de credores** | **Valor contábil 2025** | **Principal** | **Juros** | **Transferência de classe** | **Variação Cambial** | **(**) Principal** | **Juros** | **Transferência de classe** | **Valor contábil 2026** |
| Trabalhistas | 1.131 | - | - | - | - | (221) | - | - | 910 |
| Microempresa e Empresa de Pequeno Porte | 2.180 | 15 | 27 | - | - | (44) | - | - | 2.177 |
| Fornecedores de cana e Credores estratégicos agrícolas | 6.096 | 2.109 | (173) | - | - | (158) | - | - | 7.873 |
| Quirografários | 102.357 | 109 | 4.689 | - | (562) | (5.759) | - | (1.789) | 99.045 |
| Intervenientes e garantes | 1.263.272 | 677 | - | - | (71.001) | (1.101.628) | - | 1.789 | 93.109 |
| Valores não habilitados (*) | 29.897 | - | - | - | - | - | - | - | 29.897 |
| | 1.404.934 | 2.909 | 4.543 | - | (71.563) | (1.107.811) | - | - | 233.012 |
| Passivo circulante | 18.287 | | | | | | | | 4.655 |
| Passivo não circulante | 93.478 | | | | | | | | 105.351 |
| Passivo não circulante – Créditos conversíveis | 1.293.169 | | | | | | | | 123.007 |

(*) Os valores não habilitados referem-se a saldos de créditos contabilizados e que não foram objeto de habilitação junto ao plano de recuperação judicial. Tais valores ficaram pendentes na contabilidade aguardando mediação junto aos credores.

(**) No exercício, em decorrência do cumprimento das condições estabelecidas no plano de recuperação judicial homologado, foram efetuadas baixas de obrigações financeiras no montante de R$ 1.107.811. Desse total, houve desembolso financeiro efetivo de R$ 6.183 para liquidação parcial dos créditos sujeitos ao plano. O saldo remanescente da baixa, no valor de R$ 1.101.628, foi liquidado mediante conversão dos créditos em participação societária, por meio de integralização

em aumento de capital da Companhia e suas Controladas, conforme previsto nos termos do plano de recuperação judicial aprovado. Dessa forma, a redução do passivo decorreu tanto do pagamento financeiro realizado quanto da capitalização dos créditos pelos credores, resultando no correspondente fortalecimento da estrutura patrimonial da Companhia.

**Controladora**

| | | | Período de amortização | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Classes de credores** | **Valor contábil 2026** | **Valor contábil 2025** | **2027** | **2028** | **2029** | **2030** | **2031** | **2032** | **2033 a 2040** | **2041** | **2042** | **2043** |
| Trabalhistas | - | 200 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Microempresa e Empresa de Pequeno Porte | 121 | 98 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 121 |
| Fornecedores de cana e Credores estratégicos agrícolas | 4.792 | 2.923 | 239 | 266 | 381 | 472 | 457 | 139 | - | - | - | 2.839 |
| Quirografários | 14.522 | 14.148 | 585 | 585 | 585 | 585 | 585 | 585 | 4.678 | 2.112 | 2.112 | 2.112 |
| | 19.435 | 17.369 | | | | | | | | | | |
| Passivo circulante | 824 | 3.880 | | | | | | | | | | |
| Passivo não circulante | 18.611 | 13.489 | | | | | | | | | | |
| **Créditos RJ – Conversíveis em capital** | | | | | | | | | | | | |
| Intervenientes garantes | 15.825 | 1.178.492 | | | | | | | | | | |
| Valores não habilitados (*) | 9.567 | 9.567 | | | | | | | | | | |
| Passivo não circulante | **25.392** | **1.188.059** | | | | | | | | | | |

**Controladora**
**Movimentação de Recuperação Judicial**

| | | Adições | | | | Baixas | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Classes de credores** | **Valor contábil 2025** | **Principal** | **Juros** | **Transferência de classe** | **Variação Cambial** | **(*) Principal** | **Juros** | **Transferência de classe** | **Valor contábil 2026** |
| Trabalhistas | 201 | - | - | - | - | (200) | - | - | 1 |
| Microempresa e Empresa de Pequeno Porte | 98 | 15 | 8 | - | - | - | - | - | 121 |
| Fornecedores de cana e Credores estratégicos agrícolas | 2.923 | 2.109 | (83) | - | - | (155) | - | - | 4.793 |
| Quirografários | 14.148 | 41 | 663 | - | - | (329) | - | - | 14.522 |
| Intervenientes e garantes | 1.178.492 | 575 | - | - | (70.735) | (1.092.506) | - | - | 15.825 |
| Valores não habilitados (*) | 9.567 | - | - | - | - | - | - | - | 9.567 |
| | 1.205.428 | 2.738 | 587 | - | (70.735) | (1.093.191) | - | - | 44.827 |
| Passivo circulante | 3.880 | | | | | | | | 824 |
| Passivo não circulante | 13.489 | | | | | | | | 18.611 |
| Passivo não circulante – Créditos conversíveis | 1.188.059 | | | | | | | | 25.392 |

(*) Os valores não habilitados referem-se a saldos de créditos contabilizados e que não foram objeto de habilitação junto ao plano de recuperação judicial. Tais valores ficaram pendentes na contabilidade aguardando mediação junto aos credores.

(**) No exercício, em decorrência do cumprimento das condições estabelecidas no plano de recuperação judicial homologado, foram efetuadas baixas de obrigações financeiras no montante de R$ 1.093.191. Desse total, houve desembolso financeiro efetivo de R$ 685 para liquidação parcial dos créditos sujeitos ao plano. O saldo remanescente da baixa, no valor de R$ 1.092.506, foi liquidado mediante conversão dos créditos em participação societária, por meio de integralização em aumento de capital da Companhia, conforme previsto nos termos do plano de recuperação judicial aprovado. Dessa forma, a redução do passivo decorreu tanto do pagamento financeiro realizado quanto da capitalização dos créditos pelos credores, resultando no correspondente fortalecimento da estrutura patrimonial da Companhia.

A administração da Companhia e suas controladas, diante das condições de desembolso financeiro baseado no plano de recuperação judicial, e visando eliminar a exigência de captação específica do investidor Sucres et Denrées S.A., ou terceiros por ele indicados, assumindo controle na gestão financeira para cumprimento do Plano, instaurou Assembleia Geral dos Credores, na qual foi apresentada sugestão do Novo Plano de recuperação judicial para soerguer novamente a empresa, sendo a intenção do Novo Plano permitir o pagamento dos credores de maneira mais ágil.

Em continuidade, a Companhia e suas controladas vinham tentando homologar seu Novo Plano. Em 4 de junho de 2019, foi finalmente levado à votação e devidamente aprovado pelos credores o Novo Plano de Recuperação da Companhia e suas controladas, com os seguintes percentuais das classes:

- Trabalhista: 91,75% (% de participantes/cabeça) – não se aplica % de crédito;
- Garantia Real: 100,00% (% de participantes/cabeça) e 100,00% (% de crédito);
- Quirografário: 91,85% (% de participantes/cabeça) e 84,66% (% de crédito); e
- ME-EPP: 97,94% (% de participantes/cabeça) – não se aplica % de crédito.

Importante salientar que no Novo Plano de Recuperação Judicial não há mais a necessidade de captação dos recursos do investidor Sucres et Denrées S.A., ou terceiros por ele indicados, e a Companhia assumiu que honraria os compromissos assumidos com todos os Credores, ainda, podendo contratar financiamentos ou injeções de recursos em outras modalidades com quaisquer pessoas ou entidades, Credores ou não, bem como podendo oferecer em garantia de tais financiamentos quaisquer bens de sua propriedade. Ainda em Assembleia, foi aprovado que, mediante o pagamento total de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) pelos Intervenientes Garantes, aos Credores Quirografários, Credores Quirografários Colaboradores I e Credores com Garantia Real, os saldos remanescentes dos Créditos auferidos após os pagamentos realizados na forma do Novo Plano serão cedidos aos Intervenientes Garantes, que os converterão em participação societária de quaisquer das sociedades que compõem a Companhia e suas controladas.

Ato contínuo, em 11 de julho de 2019, foi homologado o Novo Plano de Recuperação Judicial da Companhia e suas controladas, o qual, no entanto, teve seus efeitos suspensos por liminar, e finalmente, em 19 de agosto de 2020, foram proferidos os Acórdãos por meio dos quais o TJSP negou provimento aos agravos de instrumento interpostos pelos bancos Bradesco, Pine e BIC, mantendo-se a homologação do Novo Plano de Recuperação Judicial da Companhia e suas controladas. Assim, a Companhia e suas controladas já iniciaram o pagamento aos credores que não haviam realizado as tratativas individuais, nos moldes do Novo Plano aprovado e agora homologado. Assim, todos os credores já estão recebendo seus créditos homologados no quadro geral de credores.

Considerando a comprovação do cumprimento de todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado e a continuidade dos negócios, em 23 de fevereiro de 2023, o Grupo Aralco apresentou pedido requerendo o encerramento da recuperação judicial, obtendo parecer favorável do Ministério Público e do Administrador Judicial. A sentença de encerramento da recuperação judicial foi proferida em 1 de dezembro de 2023, e a certificação do trânsito em julgado em 15 de agosto de 2024.

Atualmente, a Companhia e suas controladas já não se encontram em Recuperação Judicial, visto o encerramento do processo, mantendo apenas os valores passivos registrados nesta rubrica, que serão liquidados conforme seus respectivos vencimentos até o ano de 2043. Tais saldos encontram-se aderentes a parâmetros sustentáveis de geração de caixa do Grupo, preservando a saúde financeira e a continuidade das operações.

# 37 Eventos subsequentes

**Enceramento Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.**
Após a data-base das demonstrações financeiras, a Administração deliberou pelo encerramento da Nova Aralco, empresa integrante do grupo econômico, no entanto, sem atividade operacional desde sua abertura. No contexto de reorganização societária e racionalização da estrutura operacional do Grupo, essa decisão tem como objetivo simplificar a estrutura societária, otimizar processos administrativos e operacionais, bem como concentrar as atividades nas empresas operacionais.

Em 22 de junho de 2026, foi devidamente registrada a baixa da referida empresa, restando apenas processos abrangendo providências operacionais e legais aplicáveis. A Administração avaliou os impactos decorrentes desse evento e entende que, até o momento, não há efeitos relevantes que demandem ajustes nas presentes demonstrações financeiras, sendo cabível apenas a divulgação do referido evento em Nota explicativa.

*.*.*